



Cruz Vermelha Portuguesa
Demonstrações Financeiras **2015**

Índice

Demonstrações Financeiras Individuais – 2015

A.	Balanço Individual	3
B.	Demonstração Individual dos Resultados	4
C.	Demonstração Individual das Alterações nos Fundos Patrimoniais	5
D.	Demonstração Individual de Fluxos de Caixa	7
E.	Anexo Individual	8
1.	Nota introdutória	8
1.1	Identificação e caracterização da entidade	8
1.2	Abrangência	9
2.	Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras	9
2.1	Referencial contabilístico adotado	9
2.2	Indicação e justificação das disposições das NCRF-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade	10
3.	Principais políticas contabilísticas	11
3.1	Informação comparativa	11
3.2	Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras	11
3.2.1	Ativos fixos tangíveis	11
3.2.2	Bens do património histórico, artístico e cultural	13
3.2.3	Propriedades de investimento	13
3.2.4	Ativos intangíveis	14
3.2.5	Locações financeiras	15
3.2.6	Encargos financeiros com aquisição de ativos	16
3.2.7	Imparidade de ativos	16
3.2.8	Interesses em empreendimentos conjuntos e investimentos em associadas ...	17
3.2.9	Investimentos em subsidiárias e consolidação	18
3.2.10	Inventários	19
3.2.11	Rédito	19
3.2.12	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	20
3.2.13	Comparticipações, subsídios e apoios do governo	21
3.2.14	Efeitos de alteração em taxas de câmbio	22
3.2.15	Instrumentos financeiros	22
3.2.16	Acontecimentos após a data de balanço	24
4.	Fluxos de caixa	24
5.	Alterações nas estimativas contabilísticas e erros	25
6.	Ativos fixos tangíveis	26
6.1	Bens do património histórico, artístico e cultural	26
6.2	Outros ativos fixos tangíveis	28
7.	Propriedades de investimento	33
8.	Ativos intangíveis	35
9.	Participações financeiras – Método da equivalência patrimonial (MEP)	36
10.	Participações financeiras – Outros métodos	38
11.	Outros ativos financeiros	39
12.	Inventários	40
13.	Clientes	41
14.	Adiantamentos a fornecedores	42
15.	Estado e outros entes públicos	43

16.	Fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados, membros	44
17.	Outras contas a receber	45
18.	Diferimentos	45
19.	Ativos financeiros detidos para negociação	46
20.	Outros ativos financeiros	47
21.	Ativos não correntes detidos para venda	47
22.	Caixa e depósitos bancários	48
23.	Resultados transitados	48
24.	Ajustamentos em ativos financeiros	48
25.	Excedentes de revalorização	49
26.	Outras variações nos fundos patrimoniais	50
27.	Resultado líquido	51
27.1	Rendimentos	52
27.2	Gastos	58
28.	Provisões	59
29.	Financiamentos obtidos – MLP	59
30.	Fornecedores	60
31.	Adiantamentos de clientes	60
32.	Estado e outros entes públicos	61
33.	Financiamentos obtidos – Curto prazo (CP)	62
34.	Outras contas a pagar	63
35.	Diferimentos	64



A. Balanço Individual

Balanço Individual em 31 de dezembro de 2015 e de 2014			
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa			
Rubricas	Notas	2015	2014
(€)			
Ativo			
Ativo Não Corrente			
Ativos fixos tangíveis	6.2	67 731 344,84	67 509 514,95
Bens do património histórico e cultural	6.1	2 496 150,00	2 496 150,00
Propriedades de investimento	7	3 912 846,46	3 984 160,36
Ativos intangíveis	8	4 657 606,53	4 771 950,43
Participações financeiras-Equiv Patrim	9	6 463 141,90	6 249 195,88
Participações financeiras-Outros Métodos	10	147 650,75	147 650,75
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros ativos financeiros	11	553 828,83	530 018,71
Total do Ativo Não Corrente		85.962.569,31	85.688.641,08
Ativo Corrente			
Inventários	12	1 145 694,35	980 860,56
Clientes	13	6 016 732,16	5 028 846,55
Adiantamento a fornecedores	14	205 093,41	118 249,20
Estado e outros entes públicos	15	151 296,75	141 255,51
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	16	118 297,06	164 516,87
Outras contas a receber	17	2 583 350,72	3 475 082,30
Diferimentos	18	2 715 054,63	1 573 987,11
Ativos financeiros detidos para negociação	19	1 378,02	946 829,90
Outros ativos financeiros	20	478 250,13	433 345,29
Ativos não correntes detidos para venda	21	85 095,76	143 341,51
Caixa e depósitos bancários	22	23 233 879,56	20 839 131,76
Total do Ativo Corrente		36.734.122,55	33.845.446,56
Total do Ativo		122.696.691,86	119.534.087,64
Fundos Patrimoniais			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Outros instrumentos de fundos patrimoniais		0,00	0,00
Prémios emissão		0,00	0,00
Reservas legais		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	23	24 550 925,30	24 471 951,59
Ajustamentos em ativos financeiros	24	5 942 703,53	5 704 395,35
Excedentes de revalorização	25	19 581 314,73	19 581 314,73
Outras variações nos fundos patrimoniais	26	20 085 662,71	20 441 361,82
Resultado líquido do período	27	158 008,72	113 738,53
Interesses minoritários		0,00	0,00
Total dos Fundos Patrimoniais		70.318.614,99	70.312.762,02
Passivo			
Passivo Não Corrente			
Provisões	28	999 839,22	226 454,98
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	29	20 230 100,22	19 453 563,14
Responsabilidades por benefícios pós-emprego		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
Total do Passivo Não Corrente		21.229.939,44	19.680.018,12
Passivo Corrente			
Fornecedores	30	4 028 233,69	4 670 656,82
Adiantamento de clientes	31	142 555,83	116 866,71
Estado e outros entes públicos	32	1 085 040,45	1 133 139,67
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	33	13 827 096,04	10 841 536,16
Outras contas a pagar	34	8 422 097,10	9 237 867,23
Diferimentos	35	3 643 114,32	3 541 240,91
Passivos financeiros detidos para negociação		0,00	0,00
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Passivos não correntes detidos para venda		0,00	0,00
Total do Passivo Corrente		31.148.137,43	29.541.307,50
Total do Passivo		52.378.076,87	49.221.325,62
Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo		122.696.691,86	119.534.087,64

B. Demonstração Individual dos Resultados

Demonstração individual dos resultados em 31 de dezembro de 2015 e de 2014			
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autônomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa			
Rubricas	Notas	2015	2014
Vendas e serviços prestados	26.1	51 214 905,35	49 206 343,76
Subsídios à exploração	26.1	5 995 269,96	6 489 583,48
Ganhos / Perdas imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	26.1	213 946,02	257 770,02
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	26.2	(3 586 646,00)	(2 826 941,66)
Fornecimentos e serviços externos	26.2	(20 920 304,80)	(20 389 141,71)
Gastos com pessoal	26.2	(30 399 905,11)	(29 627 153,89)
Imparidade de inventários (perdas / reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	26.1	(93 379,54)	(6 879,12)
Provisões (Aumentos/reduções)	26.1	(780 000,00)	(4 173,18)
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Imparidade de investimentos não depreciáveis/amortizáveis (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos / reduções de justo valor	26.1/ 26.2	(22 534,68)	41 006,95
Outros rendimentos e ganhos	26.1/ 26.2	5 766 673,41	5 048 983,90
Outros gastos e perdas	26.2	(2 235 980,98)	(3 098 118,21)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5 152 043,63	5 091 280,34
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	26.2	(3 657 841,06)	(3 585 577,16)
Imparidade de investimentos depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)		0,00	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1 494 202,57	1 505 703,18
Juros e rendimentos similares obtidos			
Juros e gastos similares suportados	26.1/ 26.2	(1 336 193,85)	(1 391 964,65)
Resultado antes de impostos		158 008,72	113 738,53
Imposto sobre o rendimento do período			
Resultado líquido do período	27	158 008,72	113 738,53

C. Demonstração Individual das Alterações nos Fundos Patrimoniais

Demonstração individual das alterações nos fundos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014														
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da CVP - Cruz Vermelha Portuguesa														
(€)														
Rubricas	Fundos Patrimoniais atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe													
	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Outros instrumentos de fundos patrimoniais	Reservas	Resultados Transilados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações de nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários	Total dos Fundos Patrimoniais	
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2015	1	24 - 29	0,00	0,00	0,00	0,00	24.471.951,59	5.704.395,35	19.581.314,73	20.441.361,82	113.738,53	70.312.762,02	0,00	70.312.762,02
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico														0,00
Alterações de políticas contabilísticas														0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras														0,00
Realização de excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis														0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e variações														0,00
Ajustamentos por impostos diferidos														0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		24 - 29	0,00	0,00	0,00	0,00	78.973,71	238.308,18	0,00	(355.699,11)	(113.738,53)	(152.155,75)		(152.155,75)
	2		0,00	0,00	0,00	0,00	78.973,71	238.308,18	0,00	(355.699,11)	(113.738,53)	(152.155,75)	0,00	(152.155,75)
	3	28												
	4 = 2 + 3									158.008,72	158.008,72	0,00	158.008,72	
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO														
RESULTADO INTEGRAL										44.270,19	5.852,97	0,00	5.852,97	
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO														
Fundos										0,00		0,00	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados												0,00	0,00	0,00
Outras operações												0,00	0,00	0,00
	5		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2015		6 = 1 + 2 + 3 + 5	0,00	0,00	0,00	0,00	24.550.925,30	5.942.703,53	19.581.314,73	20.085.662,71	158.008,72	70.318.614,99	0,00	70.318.614,99

Demonstração Individual das alterações nos fundos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autônomos e Delegações Locais da CVP - Cruz Vermelha Portuguesa

(€)

Rubricas	Fundos Patrimoniais atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe												(€)	
	NOTAS	Fundos	Excedentes técnicos	Outros instrumentos de fundos patrimoniais	Reservas	Resultados Translados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras variações nos fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total	Interesses minoritários		Total dos Fundos Patrimoniais
POSICÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2014	1	24 - 29	0,00	0,00	0,00	0,00	24.846.533,47	5.386.251,36	19.581.314,73	20.659.313,91	142.537,06	70.615.950,53	0,00	70.615.950,53
ALTERAÇÕES NO PERÍODO														
Primeira adoção de novo referencial contabilístico														
Alterações de políticas contabilísticas												0,00	0,00	0,00
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras												0,00	0,00	0,00
Realização de excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis												0,00	0,00	0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e variações												0,00	0,00	0,00
Ajustamentos por impostos diferidos												0,00	0,00	0,00
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais		24 - 29	0,00	0,00	0,00	(374.581,88)	318.143,99	0,00	0,00	(217.952,09)	(142.537,06)	(416.927,04)	0,00	(416.927,04)
	2		0,00	0,00	0,00	(374.581,88)	318.143,99	0,00	0,00	(217.952,09)	(142.537,06)	(416.927,04)	0,00	(416.927,04)
	3	28												
	4 = 2 + 3													
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO											113.738,53	113.738,53	0,00	113.738,53
RESULTADO INTEGRAL											(28.798,53)	(303.188,51)	0,00	(303.188,51)
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO														
Fundos												0,00	0,00	0,00
Subsídios, doações e legados												0,00	0,00	0,00
Outras operações												0,00	0,00	0,00
	5		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
POSICÃO NO FIM DO PERÍODO 2014	6 = 1 + 2 + 3 + 5		0,00	0,00	0,00	0,00	24.471.951,59	5.704.395,35	19.581.314,73	20.441.361,82	113.738,53	70.312.762,02	0,00	70.312.762,02

D. Demonstração Individual de Fluxos de Caixa

Demonstração individual de fluxos de caixa em 31 de dezembro de 2015 e de 2014

Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa

Rubricas	Notas	2015	2014
Fluxos de caixa de atividades operacionais - Método directo			
Recebimentos de Clientes e utentes		49.513.077,67	45.445.740,04
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		(20 087,91)	(11 984,23)
Pagamentos de bolsas		(148 745,26)	(203 340,51)
Pagamentos a Fornecedores		(22 958 305,94)	(21 769 855,55)
Pagamentos ao Pessoal		(28 515 041,88)	(25 489 304,73)
Caixa geradas pelas operações		(2 129 103,32)	(2 028 744,98)
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros Recebimentos/Pagamentos relativos à atividade operacional		3 225 675,36	1 118 814,29
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1 096 572,04	(909 930,69)
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(3 514 915,61)	(2 653 790,60)
Ativos Intangíveis		0,00	(5 345,13)
Investimentos financeiros		(57 084,74)	(31 719,36)
Outros Ativos		(1 445 413,97)	(1 708,82)
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		60 614,26	65 762,20
Ativos Intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		945 742,13	45 898,34
Outros Ativos		1 004 290,64	253 520,15
Subsídios ao investimento		723 599,58	1 134 777,52
Juros e rendimentos similares		217 030,35	292 501,31
Dividendos		0,00	116 582,36
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		(2 066 137,36)	(783 522,03)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de			
Financiamentos obtidos		7 651 213,17	6 702 759,28
Realizações de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		1 112 270,98	1 607 144,58
Outras operações de financiamento		1 838 262,57	1 777 092,73
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(5 818 346,83)	(6 090 157,23)
Juros e gastos similares		(1 276 054,49)	(916 980,58)
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		(143 032,28)	(285 068,72)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		3 364 313,12	2 794 790,06
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		2 394 747,80	1 101 337,34
Efeitos das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	20 839 131,76	19 737 794,42
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	23 233 879,56	20 839 131,76

E. Anexo Individual

1. Nota introdutória

O Anexo Individual, visa interpretar e enquadrar a informação financeira apresentada nas restantes Demonstrações Financeiras (DF), divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adotadas a nível global e outras divulgações exigidas pela **Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL)**.

Nos casos em que este normativo não respondia às particularidades e especificidades da informação financeira da Cruz Vermelha Portuguesa, adotou-se supletivamente as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF).

1.1 Identificação e caracterização da entidade

A Cruz Vermelha Portuguesa (CVP) é uma instituição humanitária não governamental, de carácter voluntário e de interesse público, que desenvolve a sua atividade devidamente apoiada pelo Estado, no respeito pelo Direito Internacional Humanitário, pelos Estatutos do Movimento Internacional e pela Constituição da Federação da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho.

A CVP é uma pessoa coletiva (N.I.F.: PT 500745749), de direito privado e de utilidade pública administrativa, sem fins lucrativos, com plena capacidade jurídica para a prossecução dos seus fins.

A CVP exerce a sua atividade em todo o território nacional como a única sociedade nacional da Cruz Vermelha e, fora do território nacional, no quadro de ação do Movimento Internacional da Cruz Vermelha e em qualquer local onde a sua participação seja relevante.

A CVP assenta a organização territorial em serviços centrais e autónomos, delegações locais, centros humanitários e extensões de delegações locais.

A sede nacional da CVP situa-se no Jardim 9 de Abril em Lisboa.



1.2 Abrangência

As Demonstrações Financeiras Individuais da CVP incluem as Delegações Locais, os Centros Humanitários, Organismos Autónomos (Lar Militar, Escola Superior de Saúde, Escola Superior de Enfermagem de Oliveira de Azeméis, Escola Profissional Almirante Domingos Tasso Figueiredo, Cartão de Saúde CVP), a UCC-Unidade de Cuidados Continuados de Estremoz, a UCC-Unidade de Cuidados Continuados de Vila Viçosa e a Sede Nacional.

O nível de abrangência alcançado em 2015 foi de, 139 delegações locais, 17 centros humanitários, 5 organismos autónomos, 2 unidades de cuidados continuados e a sede nacional, o que corresponde à plenitude do universo Cruz Vermelha Portuguesa.

Assim, podemos dizer que as Demonstrações Financeiras do ano 2015, proporcionam informação integral, compreensível, relevante, fiável e comparável sobre a situação financeira da CVP à data de 31 de Dezembro de 2014 e sobre o resultado das operações económicas realizadas durante o exercício findo nessa data.

2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 Referencial contabilístico adotado

As Demonstrações Financeiras foram preparadas em conformidade com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto-Lei, refere-se que o Sistema de Normalização para Entidades do Setor Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;



- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março; e
- Normas Interpretativas (NI).

Assim, a informação constante nas demonstrações financeiras foi preparada de acordo com o regime contabilístico do acréscimo (ou da periodização económica) e no pressuposto de continuidade e contem as seguintes características qualitativas, compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sob a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

A adoção das NCRF-ESNL ocorreu pela primeira vez em 2012. Tendo em consideração que o referencial contabilístico adotado desde 01 de Janeiro de 2010 é o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) não foram efetuados ajustamentos, apenas reclassificações decorrentes do Código de Contas ESNL.

2.2 Indicação e justificação das disposições das NCRF-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade

Considerando o elevado número de unidades da CVP (139 delegações locais, 5 organismos autónomos, 17 centros humanitários, 2 unidade de cuidados continuados e a sede nacional), sua dispersão geográfica e gestão descentralizada, a harmonização de políticas contabilísticas e práticas de gestão, tem exigido um grande esforço da Sede Nacional, ao longo dos últimos anos, no sentido de garantir a desejada harmonização.

Quaisquer derrogações que possam ocorrer, pelo referenciado, são imateriais e não põem em causa a imagem verdadeira e apropriada da posição financeira e dos resultados da CVP.



3. Principais políticas contabilísticas

3.1 Informação comparativa

As políticas contabilísticas adotadas em 2015 foram idênticas às adotadas em 2014.

3.2 Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

3.2.1 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2009 (data de transição para NCRF), encontram-se registados ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição revalorizado (*deemed cost*) de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta (anteriormente apelidado de quotas constantes) em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Edifícios e outras construções:	50 Anos
Equipamento básico:	5 a 15 Anos
Equipamento de transporte:	3 a 6 Anos
Equipamento administrativo:	3 a 10 Anos
Outros ativos fixos tangíveis:	3 a 4 Anos



Os gastos de conservação e reparação e as benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, efetuados após a data da sua aquisição ou construção, que aumentem o valor real ou a duração provável da vida dos ativos fixos tangíveis, são capitalizados.

Como orientação geral considerou-se que as grandes reparações e beneficiações proporcionam o aumento da vida útil estimada de um ativo fixo tangível em 3 anos.

No caso das viaturas pertencentes ao equipamento básico são assumidos anualmente gastos de conservação e reparação muito significativos, os quais, embora não aumentem diretamente o valor dos bens ou a sua vida útil, na maioria das vezes proporcionam um benefício económico futuro, com reflexo no exercício seguinte.

Assim como orientação geral, sempre que o valor anual dos gastos com conservação e reparação de uma viatura pertencente ao equipamento básico for igual ou superior a 25% do valor da depreciação anual, dever-se-á reconhecer 50% do valor total de conservação e reparação como gasto do exercício e os outros 50% como gastos a reconhecer no exercício seguinte.

Genericamente, as obras de adaptação, de beneficiação ou os melhoramentos efetuados em propriedade alheia relacionadas com estruturas não amovíveis, não são reconhecidos como ativos fixos tangíveis, mas como gastos a reconhecer, sendo imputados no base anual aos exercícios económicos durante os anos do contrato de arrendamento ou usufruto.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam imobilizado ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração de resultados nas rubricas de outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas.



3.2.2 Bens do património histórico, artístico e cultural

Os bens do património histórico, artístico e cultural são bens de domínio privado que cumprem as condições exigidas por lei para serem classificados como tal.

Os bens do património histórico, artístico e cultural que foram atribuídos à Entidade a título gratuito ou que sendo adquiridos a título oneroso, foram reconhecidos pela primeira vez nesta classe de bens sem conhecer o seu custo histórico, devido à perda desses dados ou o valor de compra à data é irrelevante em virtude do tempo transcorrido desde a sua aquisição, encontram-se valorizados pelo valor patrimonial tributário (VPT).

As aquisições gratuitas têm como contrapartida a conta de variações nos fundos patrimoniais.

A atualização para o VPT tem como contrapartida a rubrica de excedentes de revalorização ativos fixos tangíveis e intangíveis.

As obras realizadas nestes bens são consideradas como obras de conservação e restauro e reconhecidas, desde que materialmente relevantes, como gastos a reconhecer, pelo que o aumento de valor destes bens apenas decorrerá de uma avaliação.

No caso da existência de financiamento para obras, será reconhecido na mesma proporção dos gastos anuais, na rubrica subsídios à exploração.

Estes bens não depreciam, pelo que apenas haverá redução de valor quando se encontrarem em imparidade.

3.2.3 Propriedades de investimento

Os ativos fixos tangíveis são classificados como propriedades de investimento quando detidos com o objetivo de valorização do capital e/ou obtenção de rendas. Estes ativos não se destinam à produção de bens ou ao fornecimento de serviços. Também não se destinam a fins administrativos ou para venda no decurso da atividade corrente dos negócios.



As propriedades que compreendem uma parte que é detida para a obtenção de rendas ou para valorização de capital e uma outra para uso na produção de bens, fornecimento de serviços ou para finalidades administrativas e que não possam ser vendidas separadamente, só serão reconhecidas como propriedades de investimento se a parte significativa (a que tem mais valor), estiver afeta à obtenção de rendas.

As propriedades de investimento são registadas pelo seu justo valor determinado por avaliação anual efetuada por entidade especializada independente, tendo-se considerado para este efeito o VPT.

As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na Demonstração dos Resultados, na rubrica aumentos/reduções de justo valor.

Os custos suportados com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades são reconhecidos como gasto no período a que se referem.

As beneficiações ou benfeitorias em propriedades de investimento relativamente às quais existem expectativas de que irão gerar benefícios económicos futuros adicionais, para além do inicialmente estimado, são capitalizadas na rubrica de propriedades de investimento.

As despesas com manutenção, reparação, seguros, impostos, entre outros que decorram da utilização, são reconhecidas nas respetivas rubricas da Demonstração dos Resultados. No entanto, as benfeitorias que se permitam atividades presentes e futuras acrescem ao valor das Propriedades de investimento.

3.2.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e das perdas por imparidade acumuladas.



Excetuam-se os casos em que o reconhecimento inicial dos ativos intangíveis ocorreu até 2012 e para os quais a respetiva escritura era omissa no que respeita ao valor. Nesta situações os ativos intangíveis foram reconhecidos pelo Valor Patrimonial Tributário (VPT) atual.

Os ativos intangíveis são apenas reconhecidos quando for provável que benefícios económicos futuros atribuíveis ao ativo fluam para a Entidade, sejam controláveis e o seu custo possa ser valorizado com fiabilidade.

Os ativos sem vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas deverão ser objeto de testes de imparidade anuais.

As despesas de desenvolvimento só deverão ser reconhecidas quando seja possível demonstrar capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar o seu uso e para as quais seja provável que o ativo criado venha a gerar benefícios económicos futuros.

As despesas de desenvolvimento que não cumpram os requisitos deverão ser registadas como gastos do exercício em que são suportadas.

As amortizações são calculadas a partir do momento em que os ativos se encontram disponíveis para utilização, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado.

3.2.5 Locações financeiras

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade do ativo e como locações operacionais se, através deles, não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse do ativo.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais depende da substância da transação e não da forma do contrato.



Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos na Demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gastos na Demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

3.2.6 Encargos financeiros com aquisição de ativos

Os juros de empréstimos obtidos diretamente atribuíveis à aquisição ou construção de ativos são capitalizados como parte do custo desses ativos. A Instituição considera que um ativo elegível para capitalização é um ativo que necessita de um período de tempo substancial para estar disponível para uso.

A capitalização de gastos com empréstimos deve iniciar-se quando tem início o investimento.

A capitalização é terminada quando todas as atividades necessárias para colocar o ativo como disponível para uso se encontram substancialmente concluídas.

Outras despesas diretamente atribuíveis à aquisição e construção dos bens, como os gastos com matérias consumidas e gastos com pessoal devem ser igualmente incorporadas no custo dos ativos.

3.2.7 Imparidade de ativos

Os ativos encontram-se em imparidade quando existem evidências objetivas de que, em consequência de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.



As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica Perdas por imparidade, no período em que são determinadas.

À data do Balanço deverá ser efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidades das quais resulte, nomeadamente, um impacto adverso decorrente de eventos ou alterações de circunstâncias que indiquem que o valor pelo qual os ativos se encontram reconhecidos possa não ser recuperável.

Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, deve ser reconhecida uma perda por imparidade, registada de imediato na Demonstração dos resultados na rubrica Perdas por imparidade.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, deverá ser registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida na Demonstração dos resultados, na rubrica Reversões de perdas por imparidade, e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

3.2.8 Interesses em empreendimentos conjuntos e investimentos em associadas

Os investimentos em entidades conjuntamente controladas e associadas (participações superiores a 20%) são registados pelo método de equivalência patrimonial (MEP), sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção do Capital próprio dessas entidades, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial.

O excesso entre o custo de aquisição e o valor proporcional à participação da CVP no Capital próprio dessas entidades à data da sua aquisição é reconhecido como *goodwill*. O *goodwill* é registado como ativo e não é sujeito a amortização.

Anualmente, quando existam indícios de eventual perda de valor, os valores de *goodwill* deverão ser sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade deverá ser registada de imediato como gasto na Demonstração dos resultados do período e não pode ser suscetível de reversão posterior.



Caso a entidade conjuntamente controlada ou associada, venha a apresentar Capital próprio negativo ou nulo, o investimento é registado por valor nulo.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, os investimentos são ajustados anualmente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos dessas entidades por contrapartida de ganhos ou perdas do período. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas entidades são registados como uma diminuição do valor dos investimentos, no período em que são atribuídos.

3.2.9 Investimentos em subsidiárias e consolidação

a) Subsidiárias

A aquisição de subsidiárias deverá ser registada pelo método da compra.

O custo de uma aquisição deverá ser valorizado pelo justo valor dos bens entregues, instrumentos de capital emitidos e passivos assumidos na data de aquisição mais o custo diretamente atribuíveis à aquisição.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos numa concentração empresarial são valorizados inicialmente ao justo valor na data de aquisição, independentemente da existência de interesses minoritários.

O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela do grupo dos ativos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na Demonstração dos resultados.

As transações internas, os saldos e os ganhos e perdas não realizados em transações entre empresas do grupo são eliminados.

As políticas contabilísticas das subsidiárias, sempre que necessário, são alteradas de forma a garantir consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.



3.2.10 Inventários

Os inventários ou existências são ativos detidos para venda no decurso ordinário da atividade ou para serem aplicados no processo de produção ou na prestação de serviços. Fazem parte desta classe de ativos, os donativos em espécie atribuídos à instituição para consumo próprio ou distribuição a terceiros.

Os inventários encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são valorizadas ao menor entre o custo médio de aquisição e o respetivo valor de mercado (estimativa do seu preço de venda deduzido dos custos com a sua alienação).

Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são valorizados ao custo de produção, o qual é inferior ao valor de mercado.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado ou o FIFO (first in, first out).

3.2.11 Rédito

O rédito é valorizado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser valorizado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;



- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido, líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Entidade e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

3.2.12 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, e seja provável que, para a resolução dessa obrigação, ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

As provisões são revistas na data de cada Balanço e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.



O montante reconhecido de provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. A estimativa é determinada de acordo com os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões para gastos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são valorizadas e registadas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Entidade é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados gastos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos derivados do mesmo.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir, uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.2.13 Comparticipações, subsídios e apoios do governo

As comparticipações do Estado são reconhecidas como prestações de serviços na medida em que se tratam de apoios a pessoas sem capacidade para adquirir integralmente um serviço prestado pela CVP.

Estas verbas transferidas pelo Estado são determinadas unitariamente em função da uma execução/realização física cujo valor unitário atribuído se encontra fixado através de um diploma legal ou contrato/acordo escrito.

Os subsídios governamentais, do ponto de vista financeiro, não pressupõem uma prestação de serviço concreto ou determinado, apenas visam compensar despesas ou encargos correntes de forma indiferenciada.

Os subsídios governamentais são reconhecidos quando existe segurança de que sejam recebidos e cumpridas as condições exigidas para a sua concessão.



As participações e os subsídios à exploração são reconhecidos na Demonstração dos Resultados. No caso dos subsídios à exploração na parte proporcional dos gastos suportados.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis para financiamento de ativos fixos tangíveis e intangíveis são registados no fundo patrimonial e reconhecidos na Demonstração dos Resultados, proporcionalmente às depreciações/amortizações respetivas dos ativos subsidiados.

3.2.14 Efeitos de alteração em taxas de câmbio

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio da data da transação.

À data de fecho é efetuada a atualização cambial de saldos (itens monetários) em aberto, aplicando a taxa de câmbio em vigor a essa data. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do Balanço, são registadas como rendimentos e/ou gastos na Demonstração dos Resultados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais.

As diferenças de câmbio originadas na conversão para euros de demonstrações financeiras de entidades participadas denominadas em moeda estrangeira são incluídas no fundo patrimonial, na rubrica Outras reservas.

3.2.15 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros encontram-se valorizados de acordo com os seguintes critérios:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica Caixa e equivalente de caixa, correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.



b) Dívidas a receber

As dívidas de clientes, membros/associados e de outros terceiros são escrituradas pelo seu valor nominal, deduzido das perdas por imparidade calculadas de acordo com seguintes critérios:

Crédito em mora	Mora no pagamento	Perda	Quantia
		Imparidade	Recuperável
		Limite	Limite
Pessoas coletivas privadas	mais de 9 até 15 meses	25%	75%
	mais de 15 até 21 meses	50%	50%
	mais de 21 até 27 meses	75%	25%
	mais de 27 meses	100%	0%

Nesta situação considera-se que só começa a existir risco de cobrança de um crédito a partir do 9º mês sobre a data de vencimento do documento de suporte.

Crédito em mora	Mora no pagamento	Perda	Quantia
		Imparidade	Recuperável
		Limite	Limite
Administração Pública	sem mora	0%	0%

Neste caso considera-se que não existe qualquer riscos de cobrança ou dúvida quanto ao recebimento de créditos sobre a administração pública.

Crédito em mora sobre	Mora no pagamento	Perda	Quantia
		imparidade	Recuperável
		Limite	Limite
Membros	mais de 9 até 15 meses	25%	75%
	mais de 15 até 21 meses	50%	50%
	mais de 21 até 27 meses	75%	25%
	mais de 27 meses	100%	0%

Para os membros (beneficiários e contribuintes) considera-se que só haverá risco de cobrança a partir do 9º mês a contar da data estabelecida para pagamento das quotas (mensal, trimestral, semestral, anual).



	Mora no pagamento	Perda	Quantia
		Imparidade	Recuperável
		Limite	Limite
Outras pessoas singulares	mais de 12 até 18 meses	50%	50%
	mais de 18	100%	0%

Para as restantes pessoas singulares considera-se que só haverá risco de cobrabilidade a partir do 12º mês a contar da data de vencimento do crédito.

c) Dividas a pagar

As dívidas a fornecedores e a outros terceiros são escrituradas pelo seu valor nominal.

3.2.16 Acontecimentos após a data de balanço

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data de balanço, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço, que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data de balanço, se materiais, são divulgados nas notas.

4. Fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014 a rubrica de caixa e seus equivalentes apresentava o seguinte detalhe:

Fluxos de caixa - Caixa e Depósitos Bancários				
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa				
				(€)
Rubricas	2015	2014	Varição	
Numerário	152.473,54	146.945,75	5.527,79	3,76%
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	8.323.214,34	7.001.145,92	1.322.068,42	18,88%
Aplicações de tesouraria	14.758.191,68	13.691.040,09	1.067.151,59	7,79%
Total	23.233.879,56	20.839.131,76	2.394.747,80	11,49%

Para efeitos da demonstração de fluxos de caixa, caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (depósitos à ordem) e aplicações de tesouraria no mercado monetário (depósitos a prazo com maturidades de curto prazo que se encontram a vencer juros às taxas normais de mercado), líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes.



À data de 31 de Dezembro de 2015 caixa e seus equivalentes ascendiam a 23.233.880 euros, o que traduz uma variação positiva de 11,49% face ao que existia no início do período.

À data de relato existiam depósitos à ordem e a prazo afetos a campanhas humanitárias nos montantes de 237.968 euros e 77.464 euros respetivamente.

5. Alterações nas estimativas contabilísticas e erros

No exercício de 2015 não ocorreram alterações de estimativas contabilísticas.

Os erros foram corrigidos e reconhecidos atendendo à sua materialidade.

A correção de um erro respeitante a um período anterior foi excluída dos resultados do período tendo sido efetuada diretamente nos fundos patrimoniais em Resultados Transitados.

Tratando-se de um erro materialmente relevante respeitante ao exercício de 2014 corrigiu-se o comparativo das demonstrações financeiras individuais do ano 2015.

Para efeitos de determinação da materialidade do erro, considerou-se como materialmente relevante um erro cujo valor tenha sido superior ou igual a 5% do Resultado líquido do período em que o erro foi detetado, ou seja 2015, excluindo as rubricas correspondentes a correções relativas a períodos anteriores (7881 e 6881).



6. Ativos fixos tangíveis

6.1 Bens do património histórico, artístico e cultural

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, os bens do património, histórico, artístico e cultural valiam:

Ativo Não Corrente - Bens do património, histórico, artístico e cultural						
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa						
Rubricas	2014	Aquisições/ Aumentos	Alienações/ Abates	Transferências	Regularizações	2015
(€)						
Ativo bruto						
Bens imóveis	2.496.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.496.150,00
Total	2.496.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.496.150,00
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas						
Bens imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor líquido						
Bens imóveis	2.496.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.496.150,00
Total	2.496.150,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.496.150,00
						0%

À data de 31 de Dezembro de 2015 o valor dos bens do património histórico-cultural na posse da CVP era 2.496.150 euros e respeitava apenas à Sede Social da CVP – Palácio dos Condes D'Óbidos (inclui apenas o valor do imóvel, excluindo-se o recheio).

Embora fosse do nosso conhecimento o seu custo histórico, este era irrelevante em virtude do tempo transcorrido desde a sua aquisição, tendo-se por isso optado por valorizar este ativo fixo tangível ao valor patrimonial tributário (VPT) a partir de 2012.

A atualização para o VPT teve como contrapartida a rubrica excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e resultou da diferença para o valor líquido pelo qual o bem se encontrava registado à data de 31 de dezembro de 2011.

Tendo em consideração que estes bens não depreciam, quer as obras que foram realizadas até 31 de dezembro de 2011 ou em data posterior são consideradas como obras de conservação e restauro e reconhecidas, desde que materialmente relevantes, como gastos a reconhecer, os quais afetarão exercícios futuros.

No ano económico em curso não foi reconhecida qualquer imparidade em virtude de não ter havido alteração do VPT.



6.2 Outros ativos fixos tangíveis

No período findo em 31 de dezembro de 2015, a alteração ocorrida no valor dos outros ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foi a seguinte:

Ativo Não Corrente - Outros Ativos Fixos Tangíveis						
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autônomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa						
Rubricas	2014	Aquisições/ Aumentos	Alienações/ Abates	Transferências	Variações de perímetro/ Regularizações	2015
Ativo Bruto						
Terrenos e Recursos Naturais	12.270.998,39	0,00	0,00	0,00	0,00	12.270.998,39
Edifícios e Outras Construções	69.738.079,27	1.389.432,32	0,00	1.140.871,77	(54.887,99)	72.213.495,37
Equipamento Básico	26.031.810,28	1.675.786,74	(284.557,89)	0,00	25.609,70	27.468.648,84
Equipamento de Transporte	4.912.594,93	404.086,67	(78.250,72)	0,00	(304.131,20)	4.934.299,68
Equipamento Administrativo	5.552.594,91	196.225,33	(16.003,24)	0,00	(41.121,09)	5.691.695,91
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1.561.646,52	154.267,17	0,00	6.025,33	(14.486,49)	1.707.452,53
Investimentos em Curso	1.922.240,97	386.920,40	0,00	(1.146.897,10)	0,00	1.162.264,27
Adiantamentos por conta de Investimentos	69.199,97	0,00	0,00	0,00	(19.199,97)	50.000,00
TOTAL	122.059.165,24	4.206.718,63	(358.811,84)	0,00	(408.217,04)	125.498.854,99
Depreciações e Perdas Por Imparidade Acumuladas						
Terrenos e Recursos Naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e Outras Construções	22.454.087,54	1.517.990,96	0,00	0,00	28.015,66	24.000.094,16
Equipamento Básico	21.280.042,84	1.497.000,46	(244.599,82)	0,00	173.556,02	22.705.999,50
Equipamento de Transporte	4.456.501,85	168.124,88	(57.874,21)	0,00	(133.292,12)	4.433.460,40
Equipamento Administrativo	5.060.429,02	209.847,14	(16.714,40)	0,00	(1.029,33)	5.252.532,43
Equipamento biológico	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1.298.589,04	75.659,33	0,00	0,00	1.175,29	1.375.423,66
Investimentos em Curso	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de Investimentos	69.199,97	0,00	0,00	0,00	0,00	69.199,97
TOTAL	54.549.650,29	3.488.622,77	(319.188,43)	0,00	68.425,52	57.767.510,15
Valor Líquido						
Terrenos e Recursos Naturais	12.270.998,39					12.270.998,39
Edifícios e Outras Construções	47.283.991,73					48.213.401,21
Equipamento Básico	4.751.767,44					4.762.649,34
Equipamento de Transporte	456.093,08					500.839,28
Equipamento Administrativo	492.165,89					439.163,48
Equipamento biológico	0,00					0,00
Outros Ativos Fixos Tangíveis	263.057,48					332.028,87
Investimentos em Curso	1.922.240,97					1.162.264,27
Adiantamentos por conta de Investimentos	69.199,97					50.000,00
TOTAL	67.509.514,95					67.731.344,84
						221.829,89
						0,33%

À data de 31 de Dezembro de 2015 o valor bruto dos outros ativos fixos tangíveis era 125.498.855 euros. As depreciações e perdas por imparidades acumuladas ascendiam a 57.767.510 euros, pelo que o valor líquido era 67.731.345 euros.

Em termos brutos destacam-se as rubricas de Edifícios e Outras Construções que cresceu 2.475.416 euros e o Equipamento Básico que cresceu 1.436.839 euros.

Os investimentos em curso registaram uma diminuição entre 2014 e 2015 de 39,54%, ou seja, 759.977 euros.

Neste exercício, não foram registadas quaisquer revalorizações de outros ativos fixos tangíveis.

No que respeita às depreciações adotou-se, o método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens de acordo a política contabilística referida no ponto 3.2.1. deste anexo.

A evolução verificada a nível do equipamento básico justifica-se sobretudo pela aquisição de viaturas para a área de transporte de doentes.

No que respeita aos edifícios e outras construções tratam-se de obras de adaptação e/ou ampliação de instalações já existentes.

Refira-se ainda a existência de edifícios reconhecidos como ativos fixos tangíveis relacionados com os direitos de superfície ou usufruto associados, ou seja, a CVP construiu edifícios em lotes de terreno sobre os quais detém direitos de superfície e procedeu à remodelação de edifícios sobre os quais detém direitos de usufruto ou superfície.

Tratam-se de ativos com restrições permanentes, ou seja, existem limitações quanto ao destino ou ao investimento obrigatório a efetuar nesses ativos.



Os montantes reconhecidos a 31 de Dezembro de 2015 em ativo bruto na rubrica Edifícios e outras construções e respetivas depreciações do período e acumuladas relacionados com os direitos de superfície pela CVP ascendiam a:

Edifícios com os direitos de superfície ou usufruto associados								
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa								
Direito	CH / DL / OA	Descrição do activo	Fim a que destina	Montante bruto	Depreciação Anual	Depreciações Acumuladas	Montante Líquido	(€) Investimentos em curso
Gratuito	Águeda	Obras de remodelação	Sede da Delegação	710.423,04	14.373,57	156.087,25	554.335,79	
Gratuito	ESEOA	Obras	Escola	1.620.510,72	31.909,73	190.685,79	1.429.824,93	
Gratuito	Vale de Cambra	Construção e obras	Sede da Delegação	444.698,34	17.067,32	345.958,62	98.739,72	
Gratuito	Olhão	Construção	Creche	449.937,23	10.141,41	100.322,98	349.614,25	
Gratuito	Elvas	Construção	Residência Sénior	4.145.784,80	120.918,72	386.893,61	3.758.891,19	
Gratuito	Maia	Construção	Sede da Delegação	226.521,02	4.527,46	26.340,17	200.180,85	
Gratuito	Póvoa de Varzim	Construção	Creche e Jardim de Infância	1.412.469,31	28.249,38	210.787,22	1.201.682,09	
Gratuito	Viseu	Construção	Sede da Delegação	713.699,62	14.273,99	117.760,42	595.939,20	
Gratuito	Foz do Tejo	Em construção						116.244,18
Gratuito	Moncarapacho-Fuzeta	Em construção	Creche					16.560,00
Gratuito	Matosinhos	Obras de remodelação						
Oneroso	Costa do Estoril	Construção	Residência Sénior	2.655.196,14	54.079,02	313.275,52	2.341.920,62	

Escola Superior de Enfermagem de Oliveira de Azeméis

O valor bruto reconhecido em ativos fixos tangíveis respeita a obras no edifício para a instalação da Escola Superior de Enfermagem da CVP, estão a ser depreciadas em 50 anos, no entanto o direito de superfície detido pela CVP tem a duração de 35 anos com a possibilidade de prorrogar por períodos de 15 anos.

Centro Humanitário de Elvas

Para a construção da residencial sénior e UCC em Elvas a CVP beneficiou de um apoio da ARS Alentejo, através do programa modelar, no total de 639.547euros, dos quais 509.438 euros para a obra e 118.084 euros para equipamento e ainda 12.026 euros para o projeto inicial. Estes valores estão a ser reconhecidos como rédito de acordo com a depreciação dos respetivos AFT (rubrica: Imputação de subsídios para investimentos).

Delegação de Maia

As taxas de depreciação dos edifícios estão definidas tendo em vista amortizar totalmente os bens até ao final da vida útil esperada, neste caso 50 anos, no entanto o direito de superfície está a ser amortizado pelo período de 30 anos.



Delegação de Viana do Castelo

A Delegação de Viana do Castelo contratualizou em 2003 com a Câmara Municipal de Viana do Castelo e com o Instituto Portuário do Norte uma subconcessão de uso privativo de uma parcela de domínio público hídrico de um terreno pelo período de 30 anos, no qual a Delegação construiu um pavilhão. O montante bruto e respetivas depreciações do período e acumuladas ascendiam a:

Edifícios com os direitos de subconcessão associados							
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da CVP - Cruz Vermelha Portuguesa							
Subconcessão	DL	Descrição do activo	Fim a que destina	Montante bruto	Depreciação Anual	Depreciações Acumuladas	(€) Montante Líquido
Oneroso	Viana do Castelo	Construção	Pavilhão	113.379,92	2.267,60	24.943,60	88.436,32

À data de balanço existiam edifícios que serviam de garantia a operações de financiamento bancário de médio e longo prazo associadas a investimentos:

Edifícios associados a operações de financiamento MLP									
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa									
Imóveis	Reserva/ Limitação	Início	Instituição Financeira	Operação Financeira Associada	Nº Anos	Montante bruto	Depreciação Anual	Depreciações Acumuladas	Montante Líquido
Amadora	Hipoteca	Fev.2012	MG	EmpréstimoMLP	12	152.451,50	2.286,68	13.105,98	139.345,52
Braga	Hipoteca	Nov.2012	CGD	EmpréstimoMLP	10	219.550,96	277,03	162.468,35	57.082,61
Costa do Estoril	Hipoteca	Jul.2009	POPULAR	EmpréstimoMLP	13	2.594.092,24	51.881,84	309.981,16	2.284.111,08
Elvas	Hipoteca	Jul.2009	POPULAR	EmpréstimoMLP	13	4.145.784,80	82.915,70	452.581,52	3.693.203,28
Estremoz	Hipoteca	Dez.2009	CCAM	EmpréstimoMLP	30	1.549.814,17	30.996,28	237.673,56	1.312.140,61
Évora	Hipoteca	Fev.2009	MG	EmpréstimoMLP	15	1.016.532,84	20.330,00	377.002,84	639.530,00
Santarém/ Cartaxo	Hipoteca	Jan.2013	CCAM	EmpréstimoMLP	15	141.493,40	2.680,20	31.519,65	109.973,75
Tavira	Hipoteca	Dez.2014	CGD	EmpréstimoMLP	10	430.000,00	8.600,00	17.200,00	412.800,00
Trofa	Hipoteca	Maio.2013	CCAM	EmpréstimoMLP	10	187.980,00	2.822,10	17.638,25	170.341,75
Valença	Hipoteca	Jul.2011	CGD	EmpréstimoMLP	15	3.748.496,44	74.969,93	74.969,93	3.673.526,51
Vila Viçosa	Hipoteca	Abr.2008	MILLENIUM	EmpréstimoMLP	13	2.739.395,91	54.750,56	246.782,96	2.492.612,95

À data de balanço existiam ainda edifícios que serviam de garantia a operações de financiamento bancário de curto prazo:

Edifícios associados a operações de financiamento CP									
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa									
(€)									
Imóveis	Reserva/ Limitação	Início	Instituição Financeira	Operação Financeira Associada	Nº Anos	Montante bruto	Depreciação Anual	Depreciações Acumuladas	Montante Líquido
Évora	Hipoteca	Fev.2009	MG	EmpréstimoCP	15	1.016.532,84	20.330,00	377.002,84	639.530,00
Prior Velho	Hipoteca	Jan. 2015	MG	Conta Corrente Caucionada		90.177,87	5.770,50	34.794,10	55.383,77



7. Propriedades de investimento

No período findo em 31 de dezembro de 2015, a alteração ocorrida nas propriedades de investimento, bem como nas respetivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas, foi a seguinte:

Ativo Não Corrente - Propriedades de investimento						
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa						
Rubricas	2014	Aquisições/ Aumentos	Alienações/ Abates	Transferências	Variações de perímetro/ regularizações/ alterações de políticas contabilísticas	2015
Variação						
(€)						
Ativo bruto						
Terrenos e recursos naturais	6.512,26	0,00	0,00	0,00	0,00	6.512,26
Edifícios e outras construções	4.032.676,10	0,00	71.313,90	0,00	0,00	3.961.362,20
Outras propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos em curso	5.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.200,00
Adiantamentos por conta de investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	4.044.388,36	0,00	71.313,90	0,00	0,00	3.973.074,46
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas						(71.313,90)
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	60.228,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.228,00
Outras propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Adiantamentos por conta de investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	60.228,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.228,00
Valor líquido						
Terrenos e recursos naturais	6.512,26					6.512,26
Edifícios e outras construções	3.972.448,10					3.901.134,20
Outras propriedades de investimento	0,00					0,00
Investimentos em curso	5.200,00					5.200,00
Adiantamentos por conta de investimentos	0,00					0,00
Total	3.984.160,36					3.912.846,46
						(71.313,90)
						-2%

Foram reconhecidas como propriedades de investimento, as propriedades (terreno ou um edifício) detidas (pelo dono ou pelo locatário numa locação financeira) para obter rendas ou para valorização do capital ou para ambas as finalidades e não para uso (na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades administrativas) ou venda no curso ordinário das atividades desenvolvidas.

Durante o exercício de 2015, a CVP alienou 3 moradias em Aljustrel. As mais-valias resultantes da alienação dos ativos são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação. As mais-valias contabilísticas apuradas no montante de 22.466 euros foram registadas na demonstração de resultados nas rubricas de outros rendimentos e ganhos.

À data de balanço as frações do Campo Grande, as Lojas da Rua Guerra Junqueiro e o imóvel da Rua Raquel Roque Gameiro (SGHCVP) encontravam-se arrendados.

Os referidos imóveis serviam de garantia a operações de financiamento bancário de curto prazo no montante de 1.977.780 euros.

À data de 31 de Dezembro de 2015, as propriedades de investimento valiam 3.912.846 euros e encontravam-se valorizadas pelo justo valor (entendendo-se para este efeito que o VPT satisfaz).



8. Ativos intangíveis

No período findo em 31 de dezembro de 2015, a alteração ocorrida nos ativos intangíveis, bem como nas respetivas amortizações e perdas de imparidade acumuladas, foi a seguinte:

Ativo Não Corrente - Ativos Intangíveis						
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da CVP Cruz Vermelha Portuguesa						
Rubricas	2014	Aquisições/ Aumentos	Alienações/ Abates	Transferências	Regularizações/ Outros	2015
Ativo bruto						
Goodwill	235.265,80	48.367,84	0,00	0,00	0,00	283.633,64
Projectos de desenvolvimento	127.682,30	8.242,23	0,00	0,00	0,00	135.924,53
Programas de computador	801.125,78	15.605,22	(673,67)	0,00	1.546,80	817.604,13
Propriedade industrial	70.671,65	0,00	0,00	0,00	0,00	70.671,65
Outros ativos intangíveis	5.285.235,47	4.000,00	0,00	0,00	0,00	5.289.235,47
Investimentos em Curso	3.107,50	0,00	0,00	0,00	0,00	3.107,50
Adiantamentos por conta de Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	6.523.088,50	76.215,29	(673,67)	0,00	1.546,80	6.600.176,92
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas						
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projectos de desenvolvimento	60.380,01	8.309,14	0,00	0,00	(0,01)	68.689,14
Programas de computador	700.311,80	89.930,63	0,00	0,00	(3.751,21)	786.491,22
Propriedade industrial	63.691,21	1.096,94	0,00	0,00	1.850,17	66.638,32
Outros ativos intangíveis	926.755,05	88.142,92	0,00	0,00	5.853,74	1.020.751,71
Adiantamentos por conta de Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	1.751.138,07	187.479,63	0,00	0,00	3.952,69	1.942.570,39
Valor líquido						
Goodwill	235.265,80					283.633,64
Projectos de desenvolvimento	67.302,29					67.235,39
Programas de computador	100.813,98					31.112,91
Propriedade industrial	6.980,44					4.033,33
Outros ativos intangíveis	4.358.480,42					4.268.483,76
Investimentos em Curso	3.107,50					3.107,50
Adiantamentos por conta de Investimentos	0,00					0,00
Total	4.771.950,43					4.657.606,53
						(114.343,90)
						-2,40%

À data de 31 de dezembro de 2015, os ativos intangíveis valiam 4.657.607 euros.

Dos itens que integravam esta rubrica do ativo não corrente destacavam-se:

- O *goodwill* no valor de 283.634 euros, dos quais 178.923 euros respeitavam à compra, em Dezembro de 2009, por 200.000 euros da posição que a Santa Casa da Misericórdia de Estremoz detinha na empresa Clínica Social Rainha Santa, ACE (50%) e 56.343 euros respeitavam à compra, em Maio de 2011, por 90.000 euros da clínica de fisioterapia PARFISI, e 48.368 euros referentes à compra, em 2015 da Saudigest.
- O Software no valor bruto de 817.604 euros.

À data de 31 de Dezembro de 2015, existiam amortizações e perdas por imparidade acumuladas no valor de 1.942.570 euros.

9. Participações financeiras – Método da equivalência patrimonial (MEP)

As empresas do Grupo, suas sedes sociais, atividade principal, detentor de capital e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2015 e 2014, são as seguintes:

Denominação social	Sede social	Actividade principal	Detentor de capital	% capital detido			
				31-12-2015		31-12-2014	
				Directa	Efectiva	Directa	Efectiva
Empresa-mãe:							
CVP - Cruz Vermelha Portuguesa	Lisboa	Prestação de assistência humanitária e social					
Subsidiárias:							
Clinica Social Rainha Santa, ACE	Estremoz	Clinica social e cuidados continuados	CVP	100%	100%	100%	100%
Parfisi - Gabinete de Reabilitação Física, Lda	Cascais	Reabilitação física e fisioterapia	CVP	100%	100%	100%	100%
Saudigest - Gestão de Saúde Ocupacional, Lda	Lisboa	Prestação de serviços de Segurança e Saúde no Trabalho	CVP	100%	100%	-	-
CVP - Sociedade de Gestão Hospitalar, S.A.	Lisboa	Administração de unidades de cuidados de saúde e prestação de serviços hospitalares	CVP	54,97%	54,97%	54,97%	54,97%
Servihospital - Sociedade de Serviços de Apoio Hospitalar, Unipessoal, Lda	Lisboa	Prestação de serviços complementares acessórios e similares à gestão de unidades hospitalares	(a)	-	54,97%	-	54,97%
(a) A percentagem efectiva resulta da participação directa da CVP-SGH de 100%							



À data de 31 de Dezembro de 2015, as participações financeiras relativas a subsidiárias ascendiam a 6.463.142 euros, conforme quadro que se segue:

Ativo Não Corrente - Participações financeiras (MEP - Método de equivalência patrimonial)				
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa				
	(€)			
Rubricas	2015	2014	Variação	
CVP - SGH, S.A.	6.423.712,06	6.208.141,44	215.570,62	3,47%
Clínica Rainha Santa Isabel, A.C.E.	0,00	0,00	0,00	0,00%
Parfisi - Gabinete de Reabilitação Física, Lda	39.429,84	41.054,44	-1.624,60	-3,96%
Saudigest - Gestão de Saúde Ocupacional, Lda	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total	6.463.141,90	6.249.195,88	213.946,02	3,42%

Na determinação do seu valor, utilizou-se o método da equivalência patrimonial segundo o qual as participações financeiras são inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido para o valor correspondente à proporção do capital próprio dessas entidades, reportado à data de aquisição ou da primeira aplicação do método de equivalência patrimonial.

Na rubrica investimentos em subsidiárias incluíram-se as participação nos capitais da SGHCVP, S.A. (detida a 54,97%), da Clínica Social Rainha Santa, A.C.E – Estremoz (detida a 100%), PARFISI, Lda (detida a 100%) e Saudigest - Gestão de Saúde Ocupacional, Lda (detida a 100%).



10. Participações financeiras – Outros métodos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Participações financeiras - Outros métodos” apresentava o seguinte detalhe:

Ativo Não Corrente - Participações financeiras (Outros métodos)				
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha				
	(€)			
Rubricas	2015	2014	Variação	
Valor Líquido				
Condença Bitta Botta	2.493,99	2.493,99	0,00	0,00%
Sagies	6.237,50	6.237,50	0,00	0,00%
Núcleo Urologia Terapeutica	12.968,75	12.968,75	0,00	0,00%
Sociedade Meridiano SA	124.699,54	124.699,54	0,00	0,00%
Coop Lisboa	250,97	250,97	0,00	0,00%
Titulos participação CCAM	1.000,00	1.000,00	0,00	0,00%
Total	147.650,75	147.650,75	0,00	0,00%

À data de 31 de Dezembro de 2015, estavam reconhecidas participações financeiras noutras empresas no valor líquido de 147.651 euros.

As perdas por imparidade acumuladas ascendiam a 3.891 euros.



11. Outros ativos financeiros

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, o detalhe da rubrica “Outros ativos financeiros” era o que consta do quadro que se segue:

Ativo Não Corrente - Outros activos financeiros				
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa				
	(€)			
Rubricas	2015	2014	Variação	
Ativo bruto				
Depósito Merrill Lynch	133.910,09	133.910,09	0,00	0,00%
Papeis de credito H. Bellard	5.846,76	5.846,76	0,00	0,00%
Papeis de Credito diversos	4.478,83	4.097,60	381,23	9,30%
Metais Preciosos	329.231,76	333.141,01	(3 909,25)	-1,17%
Acções BCP	3.898,48	6.584,32	(2 685,84)	-40,79%
Obrigações Semapa	0,00	32.900,00	(32 900,00)	-100,00%
Obrigações Sporting Sad	1.022,99	0,00	1 022,99	100,00%
Obrigações FCT Futebol Sad	1.020,25	0,00	1 020,25	100,00%
Obrigações Mota Engil SGPS	32.427,73	0,00	32 427,73	100,00%
Fundo Compensação do Trabalho	33.819,30	12.161,58	21 657,72	178,08%
Outros	8.172,64	1.377,35	6 795,29	493,36%
Total	553.828,83	530.018,71	23 810,12	4,49%
Perdas por imparidade acumuladas				
Outros Ativos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total	0,00	0,00	0,00	0,00%
Valor liquido				
Outros Ativos Financeiros	553.828,83	530.018,71	23 810,12	4,49%
Total	553.828,83	530.018,71	23 810,12	4,49%

À data de 31 de Dezembro de 2015, os outros ativos financeiros valiam 553.828 euros.

12. Inventários

A rubrica de Inventários à data de 31 de dezembro de 2015 e de 2014 apresentava o seguinte detalhe:

Ativo Corrente - Inventários				
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa				
Rubricas	2015	2014	Variação (€)	
Mercadorias	412.873,70	371.262,07	41.611,63	11,21%
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	717.185,09	595.323,12	121.861,97	20,47%
Produtos acabados e intermédios	14.352,89	14.817,74	(464,85)	-3,14%
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	1.282,67	0,00	1.282,67	100,00%
Produtos e trabalhos em curso	0,00	0,00	0,00	0,00%
Ativos biológicos	0,00	0,00	0,00	0,00%
Reclassificação e regularização	0,00	(542,37)	542,37	-100,00%
Adiantamentos por conta de compras	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total	1.145.694,35	980.860,56	164.833,79	16,81%

À data de 31 de Dezembro de 2015, os inventários reconhecidos ascendiam a 1.145.694 euros, dos quais 667.542 euros correspondiam a donativos em espécie a aplicar nas atividades que a CVP desenvolve.

Não existiam quaisquer perdas por imparidade acumuladas reconhecidas.

13. Clientes

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Ativo Corrente - Clientes e utentes				
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa				
	(€)			
Rubricas	2015	2014	Variação	
Clientes e utentes c/c				
Clientes gerais				
Clientes Privados - Particulares	1.369.145,30	733.855,01	635.290,29	86,57%
Clientes Privados - Colectivos	473.792,93	727.382,89	(253.589,96)	-34,86%
Clientes Públicos - ARS	1.095.565,66	992.800,09	102.765,57	10,35%
Clientes Públicos - Hospitais	1.126.567,57	886.541,33	240.026,24	27,07%
Clientes Públicos - INEM	174.076,35	122.892,95	51.183,40	41,65%
Clientes Públicos - ISS	149.390,22	69.770,79	79.619,43	114,12%
Clientes Públicos - Lares	457,10	256,70	200,40	78,07%
Clientes Públicos - Organismos Locais	96.742,30	81.091,73	15.650,57	19,30%
Clientes Públicos - Escolas/ Universidades	10.877,08	10.381,23	495,85	4,78%
Clientes Públicos - Institutos Públicos/ Ministérios	338.770,29	264.897,32	73.872,97	27,89%
Clientes Públicos - Empresas Públicas	76.412,82	71.264,39	5.148,43	7,22%
Clientes Públicos - Outros	47.089,88	17.903,28	29.186,60	163,02%
Total	4.958.887,50	3.979.037,71	979.849,79	24,63%
Clientes e utentes - Cessão de créditos/ Factoring				
Clientes gerais				
Clientes Privados - Particulares	0,00	0,00	0,00	0,00%
Clientes Privados - Colectivos	0,00	0,00	0,00	0,00%
Clientes Públicos - ARS	84.757,46	144.904,34	(60.146,88)	-41,51%
Clientes Públicos - Hospitais	410.417,07	319.152,16	91.264,91	28,60%
Clientes Públicos - INEM	0,00	0,00	0,00	0,00%
Clientes Públicos - ISS	0,00	0,00	0,00	0,00%
Clientes Públicos - Lares	0,00	0,00	0,00	0,00%
Clientes Públicos - Organismos Locais	0,00	0,00	0,00	0,00%
Clientes Públicos - Escolas/ Universidades	0,00	0,00	0,00	0,00%
Clientes Públicos - Institutos Públicos/ Ministérios	0,00	0,00	0,00	0,00%
Clientes Públicos - Empresas Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00%
Clientes Públicos - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total	495.174,53	464.056,50	31.118,03	6,71%
Clientes e utentes - Em Mora				
Clientes gerais				
Clientes Privados - Particulares	325.872,04	283.488,42	42.383,62	14,95%
Clientes Privados - Colectivos	690.039,08	664.158,78	25.880,30	3,90%
Clientes Públicos - ARS	64.085,72	62.580,56	1.505,16	2,41%
Clientes Públicos - Hospitais	113.166,10	141.601,62	(28.435,52)	-20,08%
Clientes Públicos - INEM	15.553,20	13.889,92	1.663,28	11,97%
Clientes Públicos - ISS	8.191,66	3.849,60	4.342,06	112,79%
Clientes Públicos - Lares	487,17	487,17	0,00	0,00%
Clientes Públicos - Organismos Locais	17.424,55	14.512,78	2.911,77	20,06%
Clientes Públicos - Escolas/ Universidades	10.286,34	10.074,16	212,18	2,11%
Clientes Públicos - Institutos Públicos/ Ministérios	17.666,27	15.666,27	2.000,00	12,77%
Clientes Públicos - Empresas Públicas	83,00	83,00	0,00	0,00%
Clientes Públicos - Outros	2.203,68	1.663,58	540,10	32,47%
Total	1.265.058,81	1.212.055,86	53.002,95	4,37%
Perdas Por Imparidade Acumuladas				
Clientes gerais				
Clientes Privados - Particulares	560.886,54	249.621,65	311.264,89	124,69%
Clientes Privados - Colectivos	141.502,14	376.681,87	(235.179,73)	-62,43%
Clientes Públicos - ARS	0,00	0,00	0,00	0,00%
Clientes Públicos - Hospitais	0,00	0,00	0,00	0,00%
Clientes Públicos - INEM	0,00	0,00	0,00	0,00%
Clientes Públicos - ISS	0,00	0,00	0,00	0,00%
Clientes Públicos - Lares	0,00	0,00	0,00	0,00%
Clientes Públicos - Organismos Locais	0,00	0,00	0,00	0,00%
Clientes Públicos - Escolas/ Universidades	0,00	0,00	0,00	0,00%
Clientes Públicos - Institutos Públicos/ Ministérios	0,00	0,00	0,00	0,00%
Clientes Públicos - Empresas Públicas	0,00	0,00	0,00	0,00%
Clientes Públicos - Outros	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total	702.388,68	626.303,52	76.085,16	12,15%
Valor Líquido				
Total	6.016.732,16	5.028.846,55	987.885,61	19,64%

As dívidas de clientes líquidas de perdas por imparidade, à data de encerramento do ano 2015, ascendiam a 6.016.732 euros.

Em 31 de Dezembro de 2015, o valor bruto das dívidas de clientes era de 6.719.121 euros e incluía os seguintes itens:

- Clientes - Conta corrente no valor de 4.958.888 euros;
- Clientes - Cessão de Créditos / Factoring no valor de 495.175 euros;
- Clientes - Em mora no valor de 1.265.059 euros.

As perdas por imparidade acumuladas representavam a quantia pela qual a dívida escriturada excedia a quantia recuperável estimada.

A base de cálculo da estimativa utilizada foi a mora do crédito atendendo aos critérios mencionados no ponto 3.2.15 Instrumentos Financeiros.

No exercício de 2015 foram registadas reversões de imparidades de cliente no valor total de 7.983 euros.

14. Adiantamentos a fornecedores

A rubrica de Adiantamentos a fornecedores em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 detalha-se, como se segue:

Ativo Corrente - Adiantamentos a Fornecedores				
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa				
(€)				
Rubricas	2015	2014	Variação	
Fornecedores Conta Corrente	109.631,08	58.924,07	50.707,01	86,05%
Fornecedores de Investimento				
Imóveis	85.433,14	62.710,71	22.722,43	36,23%
Viaturas	0,00	(4.000,00)	4.000,00	-100,00%
Outros	10.029,19	614,42	9.414,77	1532,30%
Total	205.093,41	118.249,20	86.844,21	73,44%

À data de 31 de Dezembro de 2015, os adiantamentos a fornecedores ascendiam a 205.093 euros.



15. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014, a rubrica Estado e outros entes públicos, tinha a seguinte composição:

Ativo Corrente - Estado e Outros Entes Públicos				
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa				
				(€)
Rubricas	2015	2014	Varição	
Imposto sobre o Rendimento	369,77	897,69	(527,92)	-58,81%
Retenção de Impostos sobre o Rendimento	15.532,45	8.524,74	7.007,71	82,20%
Imposto sobre o valor acrescentado	0,00	0,00	0,00	0,00%
IVA - Suportado	6.963,36	8.881,85	(1.918,49)	-21,60%
IVA - A recuperar	5.166,90	1.756,92	3.409,98	194,09%
IVA - Reembolsos pedidos	122.756,68	121.194,31	1.562,37	1,29%
Contribuições para a Segurança Social	507,57	0,00	507,57	100,00%
Tributos das autarquias locais	0,00	0,00	0,00	0,00%
Imposto de Selo	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras tributações	0,02	0,00	0,02	100,00%
Total	151.296,75	141.255,51	10.041,24	7,11%

À data de 31 de Dezembro de 2015 a CVP tinha a receber do Estado 151.297 euros.

As dívidas do Estado à CVP derivam sobretudo de reembolsos de Imposto Sobre Valor Acrescentado (IVA), pedidos por via do direito à restituição de imposto suportado com a aquisição de bens e serviços relacionados com a construção, manutenção e conservação de imóveis utilizados, total ou principalmente, na prossecução dos fins estatutários (DL 20/90 de 13 de janeiro) e 50% do imposto suportado referente às aquisições de bens ou serviços de alimentação e bebidas no âmbito das atividades sociais desenvolvidas.

A partir de 01 de Janeiro de 2011, o direito à restituição de IVA suportado com a construção passou a exercer-se apenas para obras iniciadas até 31 de Dezembro de 2010, ou tendo-se iniciado em data posterior tenham sido alvo de financiamento público, em que o termo de aceitação tenha data anterior a esta. Na prática, representou um aumento significativo dos custos associados à construção.



O Orçamento Geral do Estado para 2015 introduziu a possibilidade de solicitar perante a Administração Fiscal a restituição de 50% do IVA suportado nas seguintes condições:

“ Durante o ano de 2015 é igualmente restituído um montante equivalente a 50% do IVA suportado pelas instituições particulares de solidariedade social, bem como pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, relativamente às aquisições de bens ou serviços de alimentação e bebidas no âmbito das atividades sociais desenvolvidas, nos termos do n.º 1, com as devidas adaptações ”.
(Capítulo XVIII - Outras disposições de carácter fiscal – Secção I - Disposições diversas - o nº 3 do Artigo 228.º)

16. Fundadores, beneméritos, patrocinadores, doadores, associados, membros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Ativo - Fundadores/ beneméritos/ patrocinadores/ doadores/ associados/ membros				
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa				
(€)				
Rubricas	2015	2014	Variação	
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00	0,00	0,00%
Doadores - em curso	16.824,32	81.162,39	-64.338,07	-79,27%
Patrocinadores	0,00	0,00	0,00	0,00%
Quotas	312.971,40	278.654,29	34.317,11	12,32%
Resultados disponiveis	0,00	0,00	0,00	0,00%
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total	329.795,72	359.816,68	-30.020,96	-8,34%
Perdas por imparidade				
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00	0,00	0,00%
Doadores - em curso	0,00	0,00	0,00	0,00%
Patrocinadores	0,00	0,00	0,00	0,00%
Quotas	211.498,66	195.299,81	16.198,85	8,29%
Resultados disponiveis	0,00	0,00	0,00	0,00%
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total	211.498,66	195.299,81	16.198,85	8,29%
Valor Liquido				
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00	0,00	0,00%
Doadores - em curso	16.824,32	81.162,39	-64.338,07	-79,27%
Patrocinadores	0,00	0,00	0,00	0,00%
Quotas	101.472,74	83.354,48	18.118,26	21,74%
Resultados disponiveis	0,00	0,00	0,00	0,00%
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras operações	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total	118.297,06	164.516,87	-46.219,81	-28,09%

À data de 31 de dezembro de 2015 estavam reconhecidas dividas referentes a quotas de membros no valor liquido de 101.473 euros.

À data de balanço existem donativos em dinheiro por receber (recibo emitido em 2015 cuja entrada só ocorreu em 2016) no valor de 16.824 euros.

17. Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o detalhe de “Outras contas a receber” era o abaixo evidenciado:

Ativo Corrente - Outras Contas a Receber				
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa				
	(€)			
Rubricas	2015	2014	Variação	
Ativo Bruto				
Adiantamentos e outras operações com o pessoal	27.477,73	34.905,56	(7.427,83)	-21,28%
Devedores por acréscimos de rendimentos	1.004.345,00	2.108.457,33	(1.104.112,33)	-52,37%
Outros devedores	1.671.949,10	1.432.059,17	239.889,93	16,75%
Total	2.703.771,83	3.575.422,06	(871.650,23)	-24,38%
Perdas Por Imparidade Acumuladas				
Pessoal	0,00	0,00	0,00	0%
Outros devedores	120.421,11	100.339,76	20.081,35	20,01%
Total	120.421,11	100.339,76	20.081,35	20,01%
Valor Líquido				
Total	2.583.350,72	3.475.082,30	(891.731,58)	-25,66%

O valor referente a devedores por acréscimos de rendimentos deriva de importâncias que embora só sejam recebidas em exercícios futuros respeitavam ao exercício de 2015 (juros de depósitos bancários, faturação da Linha 144, faturação à ARS, subsídio IEFP a Contratos de Emprego e Inserção(CEI).

Em 31 de dezembro de 2015, existiam outras contas a receber no montante de 2.583.350 euros. A dívida de Outros Devedores ascende a 1.551.528 euros.

18. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Ativo Corrente - Diferimentos				
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa				
(€)				
Rubricas	2015	2014	Variação	
Gastos a Reconhecer	2.715.054,63	1.573.987,11	1.141.067,52	72%
Total	2.715.054,63	1.573.987,11	1.141.067,52	72%

Esta rubrica compreende os gastos que devam ser reconhecidos nos exercícios seguintes, por respeitarem a esses exercícios, mas cuja documentação de suporte foi emitida no ano em causa (rendas, juros, seguros, etc.)

Em 31 de dezembro de 2015, os gastos a reconhecer ascendiam a 2.715.055 euros.

O aumento significativo verificado, deriva sobretudo dos gastos de conservação e reparação assumidos com viaturas, os quais pese embora não aumentando diretamente o valor dos bens ou a sua vida útil, proporcionam um benefício económico futuro, com reflexo no exercício seguinte.

Assim como orientação geral, sempre que o valor anual dos gastos com conservação e reparação de uma viatura pertencente ao equipamento básico seja igual ou superior a 25% do valor da depreciação anual, dever-se-á reconhecer 50% do valor total de conservação e reparação como gasto do exercício e os outros 50% como gastos a reconhecer no exercício seguinte.

19. Ativos financeiros detidos para negociação

A rubrica de Ativos financeiros detidos para negociação em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 detalha-se, como se segue:

Ativo Corrente - Ativos financeiros detidos para negociação				
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa				
(€)				
Rubricas	2015	2014	Variação	
Derivados potencialmente favoráveis	0,00	0,00	0,00	0,00%
Ativos financeiros detidos para negociação	1.378,02	946.829,90	(945.451,88)	-99,85%
Total	1.378,02	946.829,90	(945.451,88)	-99,85%

Esta rubrica é essencialmente constituída por aplicações de tesouraria, com o intuito de obtenção de melhor rentabilidade dos meios disponíveis.

Em 31 de dezembro de 2015, o valor total aplicado ascendia a 1.378 euros.



Dos 941.735 euros aplicados no Novo Banco em 2014, em 2015 825.648 euros foram aplicados a prazo (591.600 euros - depósito a prazo – 3 anos e 234.048 euros - depósito a prazo – 10 anos).

A venda das obrigações do Novo Banco gerou uma perda de 49.352 euros.

20. Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Outros ativos financeiros” apresentava o detalhe que se segue:

Ativo Corrente - Outros Ativos Financeiros				
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa				
(€)				
Rubricas	2015	2014	Variação	
Ativos financeiros ao justo valor através de resultados	478.250,13	433.345,29	44.904,84	10%
Total	478.250,13	433.345,29	44.904,84	10%

Há semelhança do referido na nota anterior, esta rubrica é essencialmente constituída por aplicações de tesouraria, com o intuito de obtenção de melhor rentabilidade dos meios disponíveis.

Em 31 de dezembro de 2015, o valor total aplicado ascendia a 478.250 euros, dos quais se destacavam as aplicações na Caixagest de 400.000 euros e Montepio Geral de 59.619 euros.

21. Ativos não correntes detidos para venda

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Ativo Corrente - Ativos não correntes detidos para venda				
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa				
(€)				
Rubricas	2015	2014	Variação	
Investimentos financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00%
Propriedades de investimento	0,00	0,00	0,00	0,00%
Ativos fixos tangíveis	85.095,76	143.341,51	(58.245,75)	-40,63%
Ativos intangíveis	0,00	0,00	0,00	0,00%
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total	85.095,76	143.341,51	(58.245,75)	-40,63%

À data de relato o montante de ativos fixos tangíveis detidos para venda (10 lotes de terrenos da Delegação de Vilela-Paredes) ascendia a 85.096 euros, com a finalidade de reinvestimento na nova infraestrutura da Sede da Delegação local.

22. Caixa e depósitos bancários

Fluxos de caixa - Caixa e Depósitos Bancários				
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa				
	(€)			
Rubricas	2014	2015	Variação	
Caixa	146.945,75	152.473,54	5.527,79	3,76%
Depositos à ordem	7.001.145,92	8.323.214,34	1.322.068,42	18,88%
Depósitos a prazo	13.691.040,09	14.758.191,68	1.067.151,59	7,79%
Total	20.839.131,76	23.233.879,56	2.394.747,80	11,49%

À data de relato existiam em caixa e depósitos bancários 23.233.880 euros.

23. Resultados transitados

À data de relato, os resultados transitados ascendiam a 24.550.925 euros e englobavam não só os resultados acumulados dos exercícios anteriores, bem como o reconhecimento de quantias significativas que, embora se tenham verificado durante o ano de 2015, não são de registar em contas de resultados, mas antes, diretamente nos fundos patrimoniais (correções respeitantes a exercícios anteriores de valor superior 5% do Resultado líquido individual de cada entidade pertencente ao perímetro de agregação).

24. Ajustamentos em ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica "Ajustamentos em ativos financeiros" apresentava o detalhe que se segue:

Fundos Patrimoniais - Ajustamentos em Ativos Financeiros				
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa				
	(€)			
Rubricas	2015	2014	Variação	
Relacionados com o MP				
Ajustamentos de transição	16.077,17	16.077,17	0,00	0,00%
Lucros não atribuídos	3.983.748,24	3.745.440,06	238.308,18	6,36%
Decorrentes de outras variações de fundos patrimoniais	1.942.878,12	1.942.878,12	0,00	0,00%
Total	5.942.703,53	5.704.395,35	238.308,18	4,18%

Os ajustamentos em ativos financeiros respeitavam a flutuações de ativos financeiros à data de relato que tiveram repercussão nos fundos patrimoniais.

Estes ajustamentos derivam da aplicação do método da equivalência patrimonial às participações financeiras na Clínica Rainha Stª Isabel, ACE, PARFISI, Lda e na SGHCVP, S.A..

No caso dos ajustamentos de transição referentes à Clínica Rainha Stª. ACE representavam a diferença entre as quantias atribuídas às partes de capital, correspondentes à fração dos capitais próprios que representavam no início do período, e as quantias por que se encontravam expressas.

No que respeita aos lucros não distribuídos respeitante à SGHCVP, S.A. representava a diferença entre os lucros imputáveis às participações e os lucros que lhes foram atribuídos (dividendos).

Quanto aos ajustamentos decorrentes de outras variações no capital próprio da SGHCVP, S.A. representava os valores imputáveis à CVP na variação dos capitais próprios da participada que não estavam relacionados com resultados.

25. Excedentes de revalorização

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Fundos Patrimoniais - Excedentes de revalorização				
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa				
	(€)			
Rubricas	2015	2014	Variação	
Decorrentes de diplomas legais	13.726.667,37	13.726.667,37	0,00	0,00%
Outros excedentes	5.854.647,36	5.854.647,36	0,00	0,00%
Total	19.581.314,73	19.581.314,73	0,00	0,00%

À data de fecho os excedentes de revalorização ascendiam a 19.581.315 euros.

Como referido na nota 6.1. por via da adoção em 2012 das NCRF-ESNL os bens do património histórico-cultural na posse da CVP (Sede Social da CVP – Palácio dos Condes D'Óbidos) encontram-se valorizados ao valor patrimonial tributário (VPT).



A atualização para o VPT em 2012 no valor de 998.191 euros teve como contrapartida a rubrica Excedentes de revalorização ativos fixos tangíveis e intangíveis e resultou da diferença para o valor liquido pelo qual o bem se encontrava registado à data de 31 de Dezembro de 2011.

26. Outras variações nos fundos patrimoniais

A rubrica de Outras variações nos fundos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 detalhava-se, como se segue:

Fundos Patrimoniais - Outras Variações nos fundos patrimoniais				
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa				
				(€)
Rubricas	2015	2014	Varição	
Subsídios (ao Investimento)	15.054.426,14	15.214.193,77	(159.767,63)	-1,05%
Doações	4.483.113,04	4.462.774,26	20.338,78	0,46%
Outras	548 123,53	764 393,79	(216.270,26)	-28,29%
Total	20.085.662,71	20.441.361,82	(355.699,11)	-1,74%

Em 2015 os subsídios ao investimento ascenderam a 15.054.426 euros.

Os valores respeitantes a Subsídios ao Investimento são reconhecidos, numa base sistemática na conta 7883 - Imputação de subsídios para investimentos, à medida em que forem contabilizadas as depreciações do investimento a que respeitem. No ano 2015, foram reconhecidos rendimentos e ganhos (rubrica 7883 - Imputação de subsídios ao investimento) no valor de 682.684 euros.

As doações de inventários e de bens de ativo fixo tangível de que a CVP beneficiou para o desenvolvimento das suas atividades e que não se destinam a ser distribuídos posteriormente a terceiros, ascendiam a 4.483.113 euros à data de 31 de dezembro de 2015, representando uma acréscimo de 0,46% face ao ano anterior.



27. Resultado líquido

Resultado do exercício				
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa				
Rubricas	2015	2014	Variação	
				(€)
Resultado Exploração	6.047.957,85	5.061.325,69	986.632,16	19,49%
+/- Imparidades de Inventários	0,00	0,00	0,00	0,00%
+/- Imparidades de dívidas a receber	(93.379,54)	(6.879,12)	(86.500,42)	1257,43%
+/- Provisões	(780.000,00)	(4.173,18)	(775.826,82)	18590,78%
+/- Justo Valor	(22.534,68)	41.006,95	(63.541,63)	-154,95%
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	5.152.043,63	5.091.280,34	60.763,29	1,19%
- Depreciações	(3.657.841,06)	(3.585.577,16)	(72.263,90)	2,02%
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento)	1.494.202,57	1.505.703,18	(11.500,61)	-0,76%
+ Juros e rendimentos similares	0,00	0,00	0,00	0,00%
- Juros e gastos similares	(1.336.193,85)	(1.391.964,65)	55.770,80	-4,01%
Resultado Líquido	158.008,72	113.738,53	44.270,19	38,92%

O Resultado Líquido do Exercício de 2015 ascendeu a 158.009 euros.

Neste resultado estão incluídas diferenças de agregação negativas no valor de 3.750 euros, o reconhecimento de perdas derivadas de imparidades em dívidas a receber de clientes no valor de 93.379 euros, de provisões para riscos económicos no valor de 780.000 euros e diferenças de justo valor no valor de 22.535 euros.

No resultado de 2014 estavam incluídas diferenças de agregação negativas no valor de 1.882 euros, o reconhecimento de perdas derivadas de imparidades em dívidas a receber de clientes no valor de 6.879 euros, de provisões de processos judiciais no valor de 4.173 euros e de justo valor no valor de 41.007 euros.

Do ano 2014 para o ano de 2015, podemos verificar um aumento do resultado líquido no valor 44.270 euros.

O aumento do resultado de exploração individual foi motivado por um aumento de 4,02% das Prestações de Serviços.

O resultado operacional apresentado em 2015 foi inferior ao apresentado em 2014 (-0,76%).



27.1 Rendimentos

O detalhe do valor apurado relativamente a rendimentos e ganhos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 é como segue:

Rendimentos e Ganhos						
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa						
Rubricas	2015		2014		Variação	
					(€)	
Vendas	205.148,35	0,32%	170.139,37	0,28%	35.008,98	20,58%
Prestação de Serviços	51.009.757,00	80,70%	49.036.204,39	77,58%	1.973.552,61	4,02%
Variações nos inventários da produção	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Trabalhos para a própria entidade	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Subsídios, doações e legados à Exploração	5.995.269,96	9,48%	6.489.583,48	10,27%	(494.313,52)	-7,62%
Reversões (depreciações, amortizações e perdas por imparidade)	7.983,33	0,01%	105.743,25	0,17%	(97.759,92)	-92,45%
Reversões de Provisões	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Ganhos por aumento de justo valor	8.785,61	0,01%	51.118,68	0,08%	(42.333,07)	-82,81%
Outros Rendimentos e Ganhos	5.734.893,36	9,07%	4.733.606,23	7,49%	1.001.287,13	21,15%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	247.350,67	0,39%	573.147,69	0,91%	(325.797,02)	-56,84%
Total	63.209.188,28	100%	61.159.543,09	97%	2.049.645,19	3,35%

À data de relato, os Rendimentos e Ganhos ascendiam a 63.209.188 euros, o que representou um aumento de 3,35% face ao ano anterior, ou seja, de 2.049.645 euros.

As vendas registaram um crescimento de 20,58%, as prestações de serviços de 4,02% e os outros rendimentos e ganhos de 21,15%.

Os subsídios sofreram uma diminuição de 7,62%, as reversões (depreciações, amortizações e perdas por imparidade) de 92,45%, ganhos por aumento de justo valor de 82,81% e os juros, dividendos e outros rendimentos similares de 56,84%.



Sendo as prestações de serviços determinantes para a exploração, mostrou-se oportuno proceder à sua análise, tendo-se identificado o seguinte:

Prestações de Serviços				
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa				
Rubricas	2015	2014	Variação	
				(€)
Serviços Principais	50.385.270,52	48.582.681,78	1.802.588,74	3,71%
Ensino	4.074.417,43	3.901.091,91	173.325,52	4,44%
Ensino Superior	3.888.206,93	3.702.086,42	186.120,51	5,03%
Ensino Basico	186.210,50	199.005,49	(12.794,99)	-6,43%
Saúde	8.007.796,23	7.978.069,31	29.726,92	0,37%
Postos Socorros	378.176,02	403.982,33	(25.806,31)	-6,39%
Serviços Clínicos	824.015,96	633.256,78	190.759,18	30,12%
Clínicas de Reabilitação	973.893,38	983.426,05	(9.532,67)	-0,97%
Cartão Saude	2.104.988,59	2.391.326,02	(286.337,43)	-11,97%
Unidade de Cuidados Continuados	3.726.722,28	3.565.525,13	161.197,15	4,52%
Clínicas de Proximidade	0,00	553,00	(553,00)	-100,00%
Acção Social	12.579.169,16	12.117.452,77	461.716,39	3,81%
Apoio Domiciliário	4.288.239,28	4.351.096,28	(62.857,00)	-1,44%
Lares	5.299.021,24	5.003.773,35	295.247,89	5,90%
Centro de Acolhimento Temporário	929.778,31	539.815,16	389.963,15	72,24%
Centros de Dia	582.516,29	539.786,71	42.729,58	7,92%
Unidade de Apoio Integrado	60.948,40	62.409,40	(1.461,00)	-2,34%
Refeitório e Cantinas	924.597,01	896.087,28	28.509,73	3,18%
Balneários - Lavandaria/Tratamento	114.905,69	109.336,54	5.569,15	5,09%
Transporte Adaptados/Ajudas Técnica	288.929,06	480.304,07	(191.375,01)	-39,84%
Empresas de Inserção	90.233,88	134.843,98	(44.610,10)	-33,08%
Formação	550.550,68	661.559,44	(111.008,76)	-16,78%
Cursos de Socorismo	543.318,74	634.101,10	(90.782,36)	-14,32%
Entidade Formadora	7.231,94	27.458,34	(20.226,40)	-73,66%
Educação	4.582.119,93	4.446.077,95	136.041,98	3,06%
Infantários/Creches	2.935.706,13	2.839.148,47	96.557,66	3,40%
Jardim Infantil	1.171.639,13	1.092.139,51	79.499,62	7,28%
ATL S	474.774,67	514.789,97	(40.015,30)	-7,77%
Emergencia	14.767.706,27	13.241.621,07	1.526.085,20	11,52%
Socorro e Transporte	13.895.577,58	12.631.315,41	1.264.262,17	10,01%
Transporte de Doentes / Acidentados	12.876.941,25	11.589.957,54	1.286.983,71	11,10%
Apoio Actividades Culturais	89.380,45	92.353,34	(2.972,89)	-3,22%
Apoio Actividades Desportivas	347.474,68	334.940,96	12.533,72	3,74%
Outros	581.781,20	614.063,57	(32.282,37)	-5,26%
Emergencia Social	331.445,75	239.625,09	91.820,66	38,32%
Linha 144	21.192,86	161.423,28	(140.230,42)	-86,87%
Outros (inclui transportes VVD)	310.252,89	78.201,81	232.051,08	296,73%
Teleassistencia	540.682,94	370.680,57	170.002,37	45,86%
Grupo CVP	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras Prestações Serviços	5.823.510,82	6.236.809,33	(413.298,51)	-6,63%
De Ensino	30.024,78	30.910,17	(885,39)	-2,86%
De Saúde	324.525,66	525.188,58	(200.662,92)	-38,21%
De Acção Social	4.173.088,11	4.313.007,95	(139.919,84)	-3,24%
De Formação	37,50	1.405,00	(1.367,50)	-97,33%
De Educação	743.941,71	658.407,30	85.534,41	12,99%
De Emergência	51.560,00	37.430,84	14.129,16	37,75%
Outras	500.333,06	670.459,49	(170.126,43)	-25,37%
Serviços secundários	19.458,88	33.772,73	(14.313,85)	-42,38%
IVA dos serviços com imposto incluído	0,00	0,00	0,00	0,00%
Quotas	620.839,63	581.404,38	39.435,25	6,78%
Descontos e Abatimentos	(15.812,03)	(161.654,50)	145.842,47	-90,22%
Outras Prestações de Serviços - Grupo CVP	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total	51.009.757,00	49.036.204,39	1.973.552,61	4,02%

As prestações de serviços englobam valores faturados a clientes e participações públicas a utentes com rendimentos insuficientes, nas seguintes áreas:

- Crianças e Jovens (amas, creches, estabelecimentos de educação pré-escolar e centros de atividades de tempos livres);
- Idosos (serviço de apoio domiciliário, centro de convívio, centro de dia, residência, lar de idosos);
- Vítimas de violência doméstica (centros de acolhimento temporário e casas abrigo);
- Emergência social (Linha Nacional de Emergência Social 144);
- Emergência pré-hospitalar.

Na Área do Ensino, a faturação anual registou um aumento de 172.440 euros face ao ano transato ascendendo a 4.104.442 euros em 2015.

A Área da Saúde registou uma redução de 170.936 euros face ao ano anterior, o que se explica pelo decréscimo significativo do Cartão de Saúde que registou uma redução de 11,97% cifrando-se no final de 2015 em 2.104.989 euros.

A área da Ação Social apresentou um crescimento de 321.797 euros, o que advém sobretudo do crescimento das atividades das Residências Seniores, centros de dia, centros de acolhimento temporários, dos Refeitórios e Cantinas.

A Área da Formação (Socorrismo), registou uma quebra de 16,95% cifrando-se em 550.588 euros.

A área da Educação apresentou um crescimento global de 4,34% em 2015, ou seja, 221.576 euros, sobretudo por via do crescimento da atividade das Creches e jardins infantis.

A Área da Emergência apresentou um crescimento de 1.540.214 euros, que resulta sobretudo do aumento da faturação de transporte de doentes.



À data de relato, os subsídios e doações à exploração ascendiam a 5.995.270 euros e integravam donativos em dinheiro e a compensação de custos assumidos pela CVP com as seguintes atividades protocoladas com o Estado:

- Proteção social de cidadania e inserção laboral, social e comunitária de pessoas ou famílias em situação de carência económica;
- Prevenção e/ou reparação de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão social e, em certos casos, atuar em situações de emergência, no âmbito do atendimento e acompanhamento social;
- Distribuição de alimentos;
- Fornecimento de refeições a pessoas e famílias economicamente desfavorecidas, no âmbito de refeitórios / cantinas sociais;
- Ajuda à reintegração na família ou comunidade, na escola ou no trabalho, de pessoas toxicodependentes;
- Apoio à melhoria das condições de vida da população sem-abrigo;
- Ajuda no reencaminhamento das vítimas de violência doméstica, independentemente do sexo, tendo em vista a sua proteção;
- Criação de emprego e combate ao desemprego atribuídos;
- Formação no âmbito do POPH - Programa Operacional Potencial Humano.



À data de 31 de dezembro de 2015 os subsídios, doações e legados à exploração decompunham-se do seguinte modo:

Rendimentos e Ganhos - Subsídios, doações e legados à Exploração				
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa				
(€)				
Rubricas	2015	2014	Variação	
Subsídios do Estado e outros entes públicos	4.307.735,80	4.786.097,19	(478.361,39)	-9,99%
Ministérios	2.961.089,29	3.173.419,10	(212.329,81)	-6,69%
DN	1.063.103,84	1.411.000,00	(347.896,16)	-24,66%
MTSS	1.699.687,82	1.762.419,10	(62.731,28)	-3,56%
Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00%
Educação	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outros	198.297,63	0,00	198.297,63	100,00%
Fundo Social Europeu	314.940,31	635.082,85	(320.142,54)	-50,41%
Governos civis	0,00	800,00	(800,00)	-100,00%
Autarquias	934.239,66	843.561,77	90.677,89	10,75%
Junta de Freguesia	34.529,85	38.659,52	(4.129,67)	-10,68%
Outros	62.936,69	94.573,95	(31.637,26)	-33,45%
Subsídios de outras entidades	116.130,96	54.714,89	61.416,07	112,25%
Sector Publico Empresarial	17.656,85	30.026,61	(12.369,76)	-41,20%
Sector Privado	98.474,11	24.688,28	73.785,83	298,87%
Doações e heranças	1.551.543,20	1.636.197,03	(84.653,83)	-5,17%
Donativos em dinheiro	1.549.108,20	1.628.071,18	(78.962,98)	-4,85%
Heranças	2.435,00	8.125,85	(5.690,85)	-70,03%
Legados	19.860,00	12.574,37	7.285,63	57,94%
Total	5.995.269,96	6.489.583,48	(494.313,52)	-7,62%

Os subsídios à exploração registaram uma diminuição de 8,61%.

Como podemos observar, a Subvenção do Ministério da Defesa Nacional diminui em 24,66%, face a 2014. Do valor total recebido, 773.104 euros destinaram-se à Estrutura de Emergência e 290.000 encargos a fim de financiar as obras das instalações de Ponta Delgada nos Açores.

Os restantes Subsídios à Exploração resultaram de acordos e protocolos celebrados sobretudo com o sector público para a criação de respostas nas várias áreas de atuação da CVP.

No valor do Subsídio à Exploração do MTSS estava englobado o valor referente ao IEFP, 1.699.687 euros que essencialmente dizia respeito a estágios profissionais.

O Subsídio à Exploração do Fundo Social Europeu, no valor de 314.940 euros, resulta essencialmente da execução financeira das ações de formação realizadas no âmbito do POPH. O reconhecimento do subsídio foi feito na proporção dos gastos referentes ao período.

Dos itens incluídos na rubrica de Outros Rendimentos e Ganhos, destacavam-se os seguintes:

- Estavam incluídos donativos em espécie no valor total de 1.915.482 euros;
- Estava registada, a renda referente à cessão de exploração da SGHCVP, S.A. no valor de 650.757 euros. Em 2014 a cessão de exploração da SGHCVP, S.A. ascendeu a 305.598 euros;
- Estavam incluídas rendas de imóveis e alugueres de instalações no valor de 823.721 euros.
- Foi efetuada a imputação de subsídios para investimento no valor 682.684 euros (efetuado na proporção das respetivas depreciações).

Na rubrica outros rendimentos ganhos foram reconhecidos 215.571 euros, relativos ao proporcional da participação da CVP no Resultado do exercício da SGHCVP, S.A. e em 2014 originou um ganho de 238.308 euros.



27.2 Gastos

À data de relato os gastos e perdas fixaram-se em 63.051.180 euros.

Gastos e Perdas						
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa						
Rubricas	2015		2014		Variação	
		(€)		(€)		(€)
Custos das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas	3.586.646,00	5,69%	2.826.941,66	4,63%	759.704,34	26,87%
Fornecimentos e Serviços Externos	20.920.304,80	33,18%	20.389.141,71	33,40%	531.163,09	2,61%
Gastos com o Pessoal	30.399.905,11	48,21%	29.627.153,89	48,53%	772.751,22	2,61%
Gastos de Depreciação e de Amortização	3.657.841,06	5,80%	3.585.577,16	5,87%	72.263,90	2,02%
Perdas por Imparidade	101.362,87	0,16%	112.622,37	0,18%	(11.259,50)	-10,00%
Perdas por Redução do Justo Valor	31.320,29	0,05%	10.111,73	0,02%	21.208,56	209,74%
Provisões do Período	780.000,00	1,24%	4.173,18	0,01%	775.826,82	18590,78%
Outros Gastos e Perdas	2.217.496,28	3,52%	3.069.733,77	5,03%	(852.237,49)	-27,76%
Gastos e Perdas de Financiamento	1.356.303,15	2,15%	1.420.349,09	2,33%	(64.045,94)	-4,51%
Total	63.051.179,56	100%	61.045.804,56	100%	2.005.375,00	3,29%

O custo dos materiais consumidos nas atividades desenvolvidas cresceu 26,87% o que resulta em grande medida do incremento verificado a nível de algumas atividades desenvolvidas pela CVP.

Os fornecimentos e serviços aumentaram ligeiramente cifrando-se em 20.920.305 no final de 2015.

Os gastos com pessoal registaram um aumento de 2,61% o que resulta sobretudo do incremento verificado a nível de algumas atividades desenvolvidas pela CVP.

À data de 31 de dezembro de 2015 existiam 2.080 colaboradores ao serviço da instituição, correspondendo a mais 122 pessoas do que no período homólogo. Durante o exercício de 2014 o número médio de pessoas ao serviço da instituição era de 1.958 pessoas (incluindo estagiários).

Os gastos de depreciação e de amortização registaram um ligeiro aumento de 2,02%.

Os outros gastos e perdas diminuíram 27,76% cifrando-se 2.217.496 euros.

Os gastos de financiamento registaram uma redução de 4,51% face a 2014.



28. Provisões

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2015, a variação nas provisões acumuladas foi a seguinte:

Passivo não Corrente - Provisões						
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa						
	(€)					
Rubricas	2014	Aumentos	Reduções	2015	Variação	
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
Garantias a clientes	906,40	0,00	0,00	906,40	0,00	0%
Processos judiciais em curso	216.623,58	0,00	0,00	216.623,58	0,00	0%
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0%
Outras provisões	8.925,00	780.000,00	6.615,76	782.309,24	773.384,24	8665%
Total	226.454,98	780.000,00	6.615,76	999.839,22	773.384,24	342%

À data de encerramento do ano 2015, estavam constituídas provisões no valor de 999.840 euros.

O reforço de provisão no montante de 780.000 euros deve-se a riscos económicos na área da saúde e emergência.

29. Financiamentos obtidos – MLP

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Financiamentos obtidos - MLP” apresentava o seguinte detalhe:

Passivo não corrente - Financiamentos Obtidos				
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da CVP - Cruz Vermelha Portuguesa				
	(€)			
Rubricas	2015	2014	Variação	
Instituições de crédito e sociedades financeiras				
Empréstimos Bancários	14.004.929,72	13.199.188,70	805.741,02	6,10%
Descobertos bancários	0,00	0,00	0,00	0,00%
Locações Financeiras	6.327.796,09	6.354.814,49	(27.018,40)	-0,43%
Cessão Factoring/ Factoring	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total	20.332.725,81	19.554.003,19	778.722,62	4%
Outros financiadores	(102.625,59)	(100.440,05)	(2.185,54)	2,18%
Total	(102.625,59)	(100.440,05)	(2.185,54)	2,18%
Total	20.230.100,22	19.453.563,14	776.537,08	3,99%



À data de relato, os financiamentos obtidos a médio e longo prazo (MLP) ascendiam a 20.230.100 euros. Os empréstimos bancários cifravam-se em 14.004.930 euros, estando essencialmente relacionados com investimentos efetuados.

As locações financeiras – *Leasing* no montante de 6.327.796 euros incluíam o leasing imobiliário respeitante ao edifício da Av. Ceuta (instalações da Escola Superior de Saúde (ESS) no valor de 6.315.556 euros).

30. Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Passivo Corrente - Fornecedores				
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa				
				(€)
Rubricas	2015	2014	Variação	
Fornecedores				
Fornecedores c/c	4.019.158,98	4.649.008,23	(629.849,25)	-13,55%
Fornecedores - títulos a pagar	1.671,33	14.245,21	(12.573,88)	-88,27%
Facturas em recepção e conferência	7.403,38	7.403,38	0,00	0,00%
Total	4.028.233,69	4.670.656,82	(642.423,13)	-13,75%
Perdas Por Imparidade Acumuladas				
Fornecedores	0,00	0,00	0,00	0,00%
Total	0,00	0,00	0,00	0,00%
Valor Líquido				
Fornecedores	4.028.233,69	4.670.656,82	(642.423,13)	-13,75%
Total	4.028.233,69	4.670.656,82	(642.423,13)	-13,75%

À data de 31 de dezembro de 2015 as dívidas a Fornecedores de consumíveis e serviços utilizados nas atividades que a CVP desenvolve ascendiam a 4.028.234 euros o que corresponde a uma redução de 13,75% face ao ano anterior.

31. Adiantamentos de clientes

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Passivo Corrente - Adiantamentos de Clientes e utentes				
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa				
				(€)
Rubricas	2015	2014	Variação	
Adiantamentos de Clientes e Utentes	141.898,33	116.866,71	25.031,62	21,42%
Adiantamentos por conta de vendas	657,50	0,00	657,50	100,00%
Total	142.555,83	116.866,71	25.689,12	21,98%



À data de 31 de dezembro de 2015 os adiantamentos de clientes por serviços prestados ascendiam a 142.556 euros.

32. Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Estado e outros entes públicos” apresentava o seguinte detalhe:

Passivo Corrente - Estado e Outros Entes Públicos				
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa				
Rubricas	2015	2014	Variação	
				(€)
Imposto sobre o Rendimento	0,00	0,00	0,00	0,00%
Retenção de Impostos sobre o Rendimento	236.542,12	262.125,82	(25.583,70)	-9,76%
Imposto sobre o valor acrescentado	176.046,81	202.571,53	(26.524,72)	-13,09%
Contribuições para a Segurança Social	668.800,45	665.829,97	2.970,48	0,45%
Tributos das autarquias locais	0,00	0,00	0,00	0,00%
Imposto de Selo	0,00	0,00	0,00	0,00%
Outras tributações	3.651,07	2.612,35	1.038,72	39,76%
Total	1.085.040,45	1.133.139,67	(48.099,22)	-4,24%

À data de relato, as dívidas ao Estado ascendiam a 1.085.040 euros.

Por via da desmaterialização das declarações fiscais o apuramento periódico de IRS e IVA foi consolidado por tipologia e efetuado o pagamento via Sede Nacional.

O valor a pagar ao Estado referente a IVA era de 176.047 euros.

O montante a pagar ao Estado resultante da Retenção de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) ascendia a 236.542 euros.

O valor a pagar ao Estado referente a contribuições para a Segurança Social e Caixa Geral de Aposentações) cifrava-se em 668.800 euros.



33. Financiamentos obtidos – Curto prazo (CP)

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, a rubrica “Financiamentos obtidos - CP” apresentava o seguinte detalhe:

Passivo corrente - Financiamentos Obtidos				
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa				
Rubricas	2015	2014	Variação	
Instituições de crédito e sociedades financeiras				
Empréstimos Bancários	11.075.563,34	7.753.327,15	3.322.236,19	42,85%
Descobertos bancários	1.522.247,08	1.796.503,44	(274.256,36)	-15,27%
Locações Financeiras	619.786,97	779.548,02	(159.761,05)	-20,49%
Cessão Factoring/ Factoring	609.498,65	512.157,55	97.341,10	19,01%
Total	13.827.096,04	10.841.536,16	2.985.559,88	28%
Outros financiadores	0,00	0,00	0,00	0%
Total	0,00	0,00	0,00	0%
Total	13.827.096,04	10.841.536,16	2.985.559,88	27,54%

À data de relato, os financiamentos obtidos a curto prazo (CP) ascendiam a 13.827.096 euros, o que representa um aumento de 27,54 % face ao ano anterior.

Em virtude dos constrangimentos económicos dos últimos anos, transversais a diversos setores de atividade do país, aos quais a CVP não ficou imune, originou um aumento das atividades de apoio social a mais carenciados, com menos recursos. Adicionalmente os prazos médios de pagamento dos organismos públicos foram dilatados.

Em 2015 houve ainda um esforço financeiro de racionalização de recursos humanos.

A CVP fez nos últimos anos, alguns investimentos em novas estruturas, como em Valença, Costa do Estoril, Elvas, Vila Viçosa e Estremoz, Macieira de Rates e Foz do Tejo. Apesar de praticamente todas estas estruturas apresentarem uma exploração positiva que permite libertar meios para pagar o investimento, existem necessidades de tesouraria temporárias, que só são possíveis de satisfazer através do recurso a financiamento bancário.



34. Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Passivo Corrente - Outras Contas a Pagar				
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa				
(€)				
Rubricas	2015	2014	Variação	
Remunerações a Pagar	166.841,48	267.387,30	(100.545,82)	-37,60%
Outras operações com pessoal	0,00	0,00	0,00	0,00%
Fornecedores de Investimento	583.396,82	545.490,30	37.906,52	6,95%
Credores por Acréscimo de Gastos	4.277.949,49	4.806.013,14	(528.063,65)	-10,99%
Outros Credores	3.393.909,31	3.618.976,49	(225.067,18)	-6,22%
Total	8.422.097,10	9.237.867,23	(815.770,13)	-8,83%

Em 31 de dezembro de 2015 existiam Outras Contas a Pagar no montante de 8.422.097 euros.

À data de relato, encontravam-se contabilizados na rubrica credores por acréscimo de gastos, os custos respeitantes à estimativa das remunerações a pagar em 2016 relativas às férias e subsídio de férias, no valor de 3.808.259 euros.

Os encargos com férias incluem as remunerações correspondentes ao período de férias, o subsídio de férias, as contribuições para a Segurança Social e o seguro de acidentes de trabalho, reportando-se o direito de gozo geralmente ao trabalho prestado no ano civil anterior e por isso de acordo com o princípio da especialização dos exercícios ou acréscimo estes gastos foram considerados em 2015 embora o pagamento efetivo só ocorra em 2016.

A rubrica de fornecedores de investimentos no valor de 583.397 euros, engloba os saldos referentes a empresas de construção civil, viaturas e equipamentos.

À data de 31 de dezembro de 2015, a conta de resultados transitados da Clínica Rainha Santa, ACE apresentava um saldo negativo de 140.682 euros. Em 2015 apurou-se um resultado líquido positivo de 7.795 euros.

Até à data de relato não haviam sido distribuídos quaisquer dividendos.



35. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, esta rubrica tinha a seguinte composição:

Passivo Corrente - Diferimentos				
Sede Nacional, Centros Humanitários, Organismos Autónomos e Delegações Locais da Cruz Vermelha Portuguesa				
	(€)			
Rubricas	2015	2014	Variação	
Diferimentos	3.643.114,32	3.541.240,91	101.873,41	2,88%
Total	3.643.114,32	3.541.240,91	101.873,41	2,88%

Em 31 de dezembro de 2015 os rendimentos a reconhecer ascendiam a 3.643.114 euros, dos quais se destacavam os donativos pecuniários ou em espécie afetos a atividades específicas e estatutárias da CVP no montante de 2.891.959 euros, que de acordo com o principio da especialização dos exercícios só deverão ser reconhecidos como rendimentos e ganhos quando forem aplicados no desenvolvimento dessas atividades, não gerando assim qualquer resultado económico.

Lisboa, 20 de Dezembro de 2016



Luís Barbosa
Presidente Nacional